

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS-UCPEL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS**

LETICIA SANTOS DA SILVA

**COTAS ÉTNICO-RACIAIS NO IFSUL CAMPUS BAGÉ: SOB O OLHAR
DO ALUNO COTISTA**

PELOTAS

2018

LETICIA SANTOS DA SILVA

**COTAS ÉTNICO-RACIAIS NO IFSUL CAMPUS BAGÉ SOB O OLHAR
DO ALUNO COTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Mara Rosange Acosta de Medeiros.

Pelotas

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586c Silva, Leticia Santos da

Cotas étnico-raciais no IFSUL campus Bagé: sob o olhar do aluno cotista / Leticia Santos da Silva – 2018. 91f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pelotas – Mestrado em Política Social e Direitos Humanos, 2018.

1.Negros. 2. Ações afirmativas. 3.Cotas étnico-raciais.
4. Educação. I. Medeiros, Mara Rosange. Orient. II. Título.

CDD 361.61

LETICIA SANTOS DA SILVA

**COTAS ÉTNICO-RACIAIS NO IFSUL CAMPUS BAGÉ: SOB O OLHAR
DO ALUNO COTISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas – UCPel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social e Direitos Humanos.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Profa. Dra. Mara Rosange Acosta de Medeiros
Universidade Católica de Pelotas

1ª Examinadora Profa. Dra. Laura Regina da Silva Maurício Câmara da Fonseca
Universidade Federal de Santa Maria

2ª Examinadora Profa. Dra. Cristine Jaques Ribeiro
Universidade Católica de Pelotas

Pelotas, Fevereiro de 2018.

DEDICATÓRIA

Aos estudantes negros do IFSul

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a minha professora e orientadora Mara Medeiros, por não desistir de mim por qualquer segundo, até mesmo quando eu já tinha desistido. Obrigada pela paciência e respeito as minhas ausências. Com certeza, aprendi muito com você, com sua dedicação e delicadeza. Espero um dia retribuir todo carinho e cuidado. Registro aqui meu afeto, mesmo sem merecer.

A professora Laura Fonseca, pelas contribuições, que apesar da distância física, aceitou participar da minha banca avaliadora. Deixo registrado minha admiração enquanto profissional, desde meados de 2007, onde tudo começou na Graduação em Serviço Social na sonhada Universidade Federal do Pampa, que saudade!

A professora Cristine Jaques pela disponibilidade em compor a banca examinadora desta Dissertação e pelas sugestões enriquecedoras no momento da qualificação do trabalho.

Ao meu namorado e companheiro, Diogo Bica. Obrigada pelo apoio, incentivo, amor e parceria.

A amiga e colega Josiela Cavalheiro que tanto me acolheu no início do processo do mestrado. Meu carinho e admiração por você é gigante.

Ao colega Tiago Radmann, pelas caronas intermináveis e parceria no trecho Bagé/Pelotas.

Aos colegas do mestrado Catiane, Luciana, Tomaz, Maiquel e Alexandre, pelas trocas e amizade que vou levar para a vida.

A minhas mais que colegas, amigas Aline Leal, Júlia Silva e Jozeline Bock que acompanham minha trajetória no IFSul campus Bagé. Obrigada pela amizade e parceria de sempre.

Que tempos são estes em que é preciso defender o óbvio?

Bertold Brecht.

RESUMO

Este estudo investiga a percepção dos alunos cotistas autodeclarados pretos acerca do sistema de reserva de vagas, com base em critérios étnico-raciais implantados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul), campus Bagé. A pesquisa tem, por objetivo, analisar a percepção dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas no ano de 2015 e 2016 e no ano de 2017 estavam regularmente matriculados, que espontaneamente aceitaram participar da pesquisa. Recorrendo a subsídios teóricos da área jurídica, política e social, que destacam sentidos político-sociais das ações afirmativas, realiza-se a discussão acerca dessas ações, enquanto política pública compensatória voltada às minorias étnicas raciais, no contexto brasileiro, elucidando a política de ações afirmativas voltada à educação, especificamente a que busca garantir o acesso ao ensino superior e técnico às pessoas de baixa renda, pretos e pardos, através do sistema de cotas, garantido na Lei nº 12.711/12. Muitos passos foram dados para esta conquista, sendo de suma importância destacar a participação do Movimento Negro, movimento de origem social que busca garantir os direitos da população negra, bem como a construção e visibilidade de sua identidade étnica racial e cultural. Este movimento está presente nas reivindicações que abarcam a educação pública para negros, por meio das cotas. Os procedimentos metodológicos da investigação apoiam-se nos pressupostos da pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, embasado no método dialético crítico. O instrumento para a coleta de dados usado foi a entrevista e, para a análise dos dados, utilizou-se a metodologia de análise de conteúdo. Os resultados da pesquisa indicaram que esse grupo historicamente excluído, em sua maioria reproduz o discurso da classe dominante em que o ingresso nas instituições públicas deve ser pela meritocracia, onde as cotas étnico-raciais podem representar um ato discriminatório e por vezes racista.

Palavras-chave: Reserva de vagas, Cotas étnico-raciais, ações afirmativas.

ABSTRACT

This study investigates the perception of the self-declared black quotations students about the system of reserve of places, based on ethnic-racial criteria implanted in the Federal Institute of Education, Science and Technology Sul-rio-grandense (IFSul), campus Bagé. The objective of the research is to analyze the perception of students who entered the job reserve system in 2015 and 2016 and in 2017 were regularly enrolled and spontaneously accepted to participate in the research. Using the theoretical, legal, political and social subsidies that highlight the political-social meanings of affirmative action, a discussion about these actions is carried out as a compensatory public policy focused on ethnic racial minorities in the Brazilian context, elucidating policy actions affirmative approach to education, specifically the one that seeks to guarantee access to higher and technical education for low-income people, blacks and browns, through the quota system, guaranteed by Law No. 12.711 / 12. Many steps were taken towards this achievement, and it is extremely important to highlight the participation of the Black Movement, a movement of social origin that seeks to guarantee the rights of the black population, as well as the construction and visibility of their racial and cultural ethnic identity. This movement is present in the claims that cover public education for blacks, through quotas. The methodological procedures of the research are based on the assumptions of the qualitative research of the case study type, based on the critical dialectical method. The instrument for data collection used was the interview and, for the data analysis, the content analysis methodology was used. The results of the research indicate that this historically excluded group, in its majority, reproduces the discourse of the ruling class in which the entrance in the public institutions must be by the meritocracy, where the ethnic-racial quotas can represent a discriminatory and sometimes racist act.

Keywords: Reserve of vacancies, racial quotas, affirmative actions.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Sujeitos da pesquisa: Forma de ingresso.....	55
Gráfico 2: Sujeitos da pesquisa: Sexo dos entrevistados.....	56
Gráfico 3: Sujeitos da pesquisa: Idade dos entrevistados.....	56
Gráfico 4: Sujeitos da pesquisa: responsável pela manutenção financeira familiar	57
Gráfico 5: Ocupação profissional do responsável pela manutenção financeira familiar	58
Gráfico 6: Escolaridade do responsável pela manutenção financeira familiar.....	59

LISTA FOTOS

FOTO 1: Bagé – pórtico da entrada na Avenida Santa Tecla.	30
FOTO 2: Gincana no IFSul campus Bagé.	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. POLÍTICA SOCIAL E OS IMPACTOS NEOLIBERAIS: DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO PRESENTE NESTE CENÁRIO	14
1.1 O surgimento dos direitos sociais e o desenvolvimento da política social.....	14
1.2 Educação pública: conquistas e desafios.....	19
1.2.1 A criação dos IFs.....	25
1.2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense.....	27
1.2.3.O município de Bagé	29
1.2.4IFSul campus Bagé.....	31
2. O MOVIMENTO NEGRO E AS CONQUISTAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS	33
2.1 A Movimento Negro em destaque.....	33
2.2 Discutindo os conceitos de raça, racismo e etnia.....	37
2.3 Ações afirmativas de cotas étnico-raciais.....	43
3. OS CAMINHOS DA PESQUISA: CONHECENDO A IDENTIDADE DOS COTISTAS NEGROS DO IFSUL CAMPUS BAGÉ	49
3.1 Metodologia	49
3.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa.....	54
3.3 A representação das cotas étnico-raciais na visão de seus beneficiários	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICES	85
Apêndice A - Roteiro de Entrevista.....	86
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	90

INTRODUÇÃO

O presente estudo é apresentado como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas - UCPEL. Vincula-se a linha de pesquisa Estado, direitos sociais e política social orientado pela professora Dr^a Mara Rosange Acosta de Medeiros e de autoria da aluna Leticia Santos da Silva.

O interesse pelo tema escolhido decorre dos questionamentos e inquietações advindos do cotidiano de trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul rio-grandense (IFSul) campus Bagé, enquanto assistente social, avaliando as solicitações de ingresso por meio da reserva de vagas de cotas étnico-raciais; bem como por considerar que a temática merece maior análise, discussão e aprofundamento, a fim de contribuir com a implementação desta política na instituição e no cenário brasileiro.

Cabe destacar que a pesquisadora é branca, seu lugar de escrita e interpretação partem de um espaço privilegiado, pela cor de sua pele, sem vivenciar o racismo. Ser humano e profissional antirracista que atreve-se a dialogar sobre esta temática e lutar pelo fim da discriminação racial.

É praticamente inadmissível que em pleno século XXI, seja necessário discutir a discriminação, exclusão e racismo no Brasil, causa que deveria ter sido sanada com o fim da escravidão, ledo engano. Em 1888, com a Abolição da Escravatura a luta estava apenas no início. Um passado tão distante, apresenta resquícios sangrentos tão presentes, percorridos 130 anos desta data que representou a liberdade ilusória para a população negra.

Qualquer estudo sobre o racismo no Brasil deve começar por notar que, aqui, o racismo foi, até recentemente um tabu. De fato, os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve, no nosso confronto e comparação com outras nações, como povos incontestes de nosso status de povo civilizado (GUIMARÃES, 2005, p.39).

O racismo é vivenciado pelos negros desde a sua chegada no país, estes escravos foram depositados em solo brasileiro de maneira desumana e violenta. Fatores que originaram a separação da população, a parte branca são cidadãos e a negra é deixada a margem da sociedade.

A cidadania reivindicada pelos movimentos sociais negros baseia-se na noção de um nacionalismo plural, por isso, a identidade nacional que reivindica também é plural. Reconhece a mestiçagem, mas uma mestiçagem que valorize as semelhanças e as diferenças. É o que chamamos de

“mestiçagem emancipatória”, diferente de uma “mestiçagem colonialista” que é assimilacionista, exclusivista, racista (MALOMALO, 2017, p.191).

A luta é intensa e ainda perpassa muitos espaços, para afirmar que no Brasil nunca existiu uma democracia racial. Em 1995, pela primeira vez na história brasileira o governo Fernando Henrique Cardoso – FHC iniciou publicamente o processo de discussão das relações raciais brasileiras, admitindo oficialmente, que os negros eram discriminados. Logo, após esse primeiro passo, de reconhecimento oficial do racismo no Brasil, pode-se dizer que até agosto de 2000 o governo brasileiro não havia mobilizado esforços para que a discussão e implementação de ações afirmativas entrasse na agenda política brasileira.

Deste modo:

O Brasil está longe de ser uma democracia racial. No mercado de trabalho, na política, na educação, em todos os âmbitos, os/as negros/ as tem menos oportunidades e possibilidades que a população branca. O racismo no Brasil está imbricado nas instituições públicas e privadas. E age de forma silenciosa. As cotas não criam o racismo. Ele já existe. As cotas ajudam a colocar em debate sua perversa presença, funcionando como uma efetiva medida antirracista (GENTILI; FERREIRA, 2006, p.3).

Presencia-se uma luta constante pela manutenção dos direitos que já foram conquistados, é preciso provar diariamente para a sociedade branca e burguesa que o negro não é mais propriedade privada, subalterno e sem direitos. Falar em cotas étnico-raciais é cobrar o pagamento da dívida gerada com a população negra durante mais de 500 anos de escravidão, é requerer igualdade e garantia de um direito previsto em lei.

Para além de sua representação majoritária, a questão do negro deve ser prioritária, devido a urgência moral e política que esta população enfrenta ao longo do desenvolvimento brasileiro (MALOMALO, 2017). Causa estranheza ser necessário defender o óbvio, depois de várias lutas travadas pelo Movimento Negro e por ativistas antirracistas.

Em 29 de agosto de 2012, foi sancionada a Lei 12.711/12 que garante o ingresso de estudantes pretos, pardos e indígenas nas instituições federais de ensino. A luta não cessa, pois é preciso fazer o movimento de reflexão junto a sociedade, parte dela sendo contra esse sistema de acesso, significando a reprodução do racismo.

A partir destas discussões foi desenvolvida a pesquisa, dando origem a dissertação de mestrado, que apresenta três objetivos específicos:

- a) Contextualizar a história da política de ação afirmativa de cotas étnico-raciais no Brasil;
- b) Identificar os fatores que contribuem para o acesso a política de ação afirmativa de cotas étnico-raciais no Brasil;
- c) Descrever as situações vivenciadas pelos estudantes do IFSul campus Bagé, negros e cotistas, referente a discriminação racial.

A pesquisa constitui-se em um estudo de caso de natureza qualitativa, orientada pelo método dialético-crítico. A amostra desta pesquisa totaliza treze estudantes que ingressaram no IFSul campus Bagé pela reserva de vagas de cotas étnico-raciais, no ano de 2015 e 2016. Chegou-se neste número de estudantes, a partir dos seguintes critérios:

- a) Estar devidamente matriculados no ano de 2017;
- b) Terem se autodeclarados pretos;
- c) Aceitarem participar da pesquisa.

A presente dissertação estrutura-se em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo apresenta a discussão teórica acerca do surgimento dos direitos sociais e o desenvolvimento da política social, até chegar na política de educação. Apresenta-se o movimento de expansão da rede federal de Ensino Profissional e Tecnológica - EPT que compreende os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, levando a oferta de formação profissional para o interior dos estados, como o município de Bagé, que recebeu o IFSul. Sendo assim, inicia-se a reflexão teórica deste trabalho.

O segundo capítulo dá continuidade as discussões teóricas, dando destaque para o Movimento Negro no Brasil, sua contribuição para a efetivação das ações afirmativas de cotas étnico-raciais. Este importante capítulo apresenta marcos históricos e as lutas das pessoas engajadas em prol dos direitos da população negra. Inicia-se o movimento para pensar questões que originam o conceito de raça, etnia e racismo, como algo inconcluso e de difícil entendimento.

O último capítulo apresenta o resultado da pesquisa, fruto da análise dos dados coletados. É o momento para apresentar as falas dos sujeitos e fazer a discussão com os referenciais teóricos que balizam a temática.

1. POLÍTICA SOCIAL E OS IMPACTOS NEOLIBERAIS: DIREITO SOCIAL À EDUCAÇÃO PRESENTE NESTE CENÁRIO

A política social tem papel fundamental no crescimento econômico e social do país. Os direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988, materializam a educação como direito, abordado neste trabalho. Esta conquista societária entra em confronto com a ideologia neoliberal que instala-se no país para aniquilar os direitos da mesma população que a pouco vem lhes conquistando.

Fruto da materialização do direito a educação, destaca-se a EPT ofertada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que irão proporcionar uma educação emancipatória, acompanhada de igualdade política, econômica e social.

1.1 O surgimento dos direitos sociais e o desenvolvimento da política social

O Brasil dentre outros países latino-americanos, no final do século XX, após lutas sangrentas contra ditaduras militares, onde predominava a ideologia nacionalista, também conhecido, como Estado Nação, não exerceu a cidadania como uma prática universal, sendo que os direitos sociais e humanos foram reconhecidos somente no final do século XX (SPOSATI, 2002).

A conquista do direito social supõe um pacto entre Sociedade-Mercado-Estado, visando atingir a proteção e universalização da cidadania. Com o impacto neoliberal define-se pela fragilidade deste pacto ou até mesmo pela sua inexistência, já que os direitos sociais materializados pelas políticas sociais são marcados por ações pontuais e fragmentadas. Neste cenário, criam-se muitos programas de governo, acabando com a possibilidade da responsabilidade pública efetiva, por meio de políticas sociais duradouras (SPOSATI, 2002).

Essa ilusória conquista dos direitos sociais aparece quando a população precisa acessar os programas, que desde seu início apresentam recursos insuficientes e incapazes de garantir a integralidade no atendimento.

Conforme Vieira (2009) os direitos tem sofrido a eliminação das mediações responsáveis por sua maneira de ser e de existir, omitindo-se as negatividades e conseqüentemente seus movimentos. Como resultado da sociedade, os direitos tem sofrido a ação da busca constante pelo imediatismo, de uma única direção, da naturalização, da homogeneidade, principalmente tem sofrido a falta das mediações.

Para Pereira (2008a, p.165) é “mediante a política social, que direitos sociais

se concretizam e necessidades humanas (leia-se sociais) são atendidas [...]”. A população possui inúmeras necessidades, onde o Estado é fundamental neste atendimento, que na maioria das vezes é insuficiente, a procura pelas políticas sociais aumenta na medida em que o Estado não dá conta do mínimo.

O surgimento das políticas sociais está intrinsecamente ligado à relação entre capital X trabalho. Pereira (2008) aborda a política social como um produto da relação dialeticamente contraditória entre estado X sociedade, capital X trabalho, configurando-se um processo dinâmico, que resulta de relação conflituosa de interesses entre classes. Essa característica da política social como uma ‘coisa viva’ e, portanto dialética, decorre da contradição que permeou e ainda permeia a sua constituição.

A intervenção estatal, no âmbito da assistência e das políticas sociais, configura-se como uma resposta às demandas apresentadas pela população usuária (YAZBEK, 2009). É o Estado que oferece garantia aos direitos sociais, pois a sociedade lhe concede poder para tal exercício. (PEREIRA, 2008).

É a partir das políticas sociais, que a população tem materializado no cotidiano de suas vidas, o direito a educação, saúde e assistência social. O Estado é responsável em criar, administrar e executar programas e projetos sociais que vão ao encontro das necessidades da população, em situação de vulnerabilidade social, devido a negação ou redução de direitos pelo próprio Estado.

Segundo Demo (2001), a política social precisa implicar compromissos evidentes para a redução da desigualdade social. Caso contrário, não será “social”. Primeiramente a política social deve ser preventiva, indo ao encontro das raízes do problema, evitando que se processe. Aparentemente, políticas preventivas podem parecer mais caras, porque necessitam investimentos maiores. Mas, tornam-se mais baratas, porque impedem a proliferação posterior de problemas cujo tratamento curativo é sempre mais dispendioso.

Nesta perspectiva, Demo (2001) destaca que a política social necessita ser equalizadora de oportunidades, partindo-se de que as oportunidades foram apropriadas pelo grupo dominante. Uma face importante desse desafio é a universalização da educação de 1º grau: todos devem ter acesso de modo incondicional, usufruindo da mesma qualidade. A desigualdade receberia aí um corretivo formidável, à medida que todos teriam chance de dispor de uma formação básica comum, como arma de luta no espectro das desigualdades.

A política social deve ser emancipatória, unindo autonomia econômica, com autonomia política. O processo de emancipação funda-se, simplificada, em dois pilares mutuamente condicionados: um econômico, voltada para a auto sustentação, outro política, inserido na cidadania. Trabalhar, produzir e participar definiriam as oportunidades históricas dos sujeitos e sociedades, desde que cobicem projeto próprio de desenvolvimento (DEMO, 2001).

As políticas sociais devem ser consideradas “como expressão contraditória da realidade, que é a unidade dialética do fenômeno e da essência” (BEHRING E BOSCHETTI, 2006, p.39). Contudo, as relações na sociedade capitalista se constituem a partir de ações contraditórias, entre o que é dito e o que é exercido, estas contradições aparecem claramente nas políticas sociais, representando os interesses da classe dominante e garantia dos direitos da classe trabalhadora. A política social exclui, para depois incluir, tornando o Estado responsável pela coerção e negação dos direitos.

Guerra (2000) afirma que as políticas sociais são estratégias de legitimação do Estado. Assim:

[...] políticas sociais se constituem, ao longo da história, em uma das estratégias de que o Estado dispõe para alcançar o consenso e ser legitimado politicamente pelas classes sociais fundamentais, quais sejam, trabalhadores e capitalistas. Ao mesmo tempo as políticas sociais são expressão das conquistas dos trabalhadores (GUERRA, 2000, p. 18).

Dessa forma, a autora apresenta a contradição existente na política social. De um lado é instrumento de controle e coerção por parte do Estado; por outro, configura-se como resultado das expressivas lutas dos trabalhadores (GUERRA, 2000).

A política social, conforme Pereira (2008a) atende a necessidades sociais, porém, “sem deixar de atender objetivos egocêntricos, como o controle social e político, a doutrinação, a legitimação e o prestígio das elites no poder” (PEREIRA, 2008, p. 27). É inegável que as políticas sociais, em sua constituição são permeadas por interesses contrários e conflitos existentes em determinados períodos nos quais foram gestadas.

Elas foram criadas visando o bem estar do cidadão, mas diversas vezes são usadas como barganha política, nada mais que moeda de troca, por aqueles que não tem a consciência do direito conquistado pela população e não uma troca de favores. A população mais vulnerável, por vezes acaba acreditando nesse discurso ilusório,

principalmente por acreditar que não terá outra forma de acesso a não ser pela boa vontade dos ocupantes de cargos políticos.

Sposati (2002, p.38) corrobora que a política social é constituída pelo “conjunto de provisões de necessidade sociais do cidadão que são incluídas como de responsabilidade social e pública”, pois somente, em 1988 é reconhecida e integrada a Constituição Federal, dita cidadã.

Assim, é a partir da Constituição que o Estado passa a ser o responsável por atender as demandas sociais da população, a política social é reconhecida como direito. Anteriormente, ela era atendida por outras camadas da sociedade, por exemplo as entidades filantrópicas, assistenciais, dependendo da boa vontade e doações das classes abastadas que queriam fazer caridade com os mais desfavorecidos economicamente e socialmente.

Segundo Vieira (2009, p. 59) “sem justiça e sem direitos, a política social não passa de ação técnica, de medida burocrática, de mobilização controlada ou de controle da política, quando consegue traduzir-se nisto” A política social enquanto espaço de luta e conquista dos trabalhadores e, apesar de possuir ainda nos dias atuais uma face de controle e dominação, legado de sua trajetória, possibilita à população necessitada acessar uma gama de serviços que lhes são fundamentais, e que de outra forma, que não pela via do direito, seriam-lhes negados, conforme afirma Yazbek (2009).

Cabe ressaltar que a garantia de direitos, por meio das políticas sociais está constantemente ameaçada, pois o Estado visa reduzir paulatinamente os direitos dos cidadãos brasileiros, fazendo tentativas de transferir para a sociedade civil os deveres que são do próprio Estado. Desta forma, o indivíduo passa a ser responsável pela provisão de suas necessidades, bem como pelo seu sucesso ou fracasso na sociedade.

Os direitos e a política social “como realizações sociais, são seres singulares e seres universais, que se desenvolvem por intermédio de particularidades históricas e mediações” (VIEIRA, 2009, p.60). Estas são decorrentes da necessidade do mercado, uma reparação a ineficiência deste, onde as ações, e os projetos do governo respondem aos problemas sociais, a reprodução das relações sociais, a transformação dos trabalhadores não assalariados em trabalhadores assalariados, ao enfraquecimento dos conflitos de classe etc.

A política social tem natureza contraditória, pois ela atende tantos os interesses do capital, como para suprir as demandas e necessidades sociais. Ela não é um recurso exclusivo das forças dominantes, mas também dos dominados que a partir da organização e enfrentamento podem acessá-las, utilizando as armas políticas apropriadas as forças que os oprimem (PEREIRA, 2013).

No cenário brasileiro, o aporte neoliberal começou a ser implantado com o governo federal de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Nesse período, destacam-se as seguintes características:

a) Alavancagem do processo de privatização das empresas nacionais, b) abertura econômica para capitais estrangeiros; c) retomada do processo inflacionário; d) minimização dos gastos públicos governamentais na área social, entre outras. Características que apontam seu perfeito alinhamento com as indicações feitas pelos organismos internacionais (COUTO, 2006, p.146-147).

Em continuidade, o governo federal de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), propagou uma campanha avassaladora em prol da reforma do país, voltada para o mercado, com destaque para as privatizações e a previdência social, desrespeitando as conquistas da Constituição Cidadã (1988), vista como atrasada pelos neoliberais que visavam ao “projeto de modernidade” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Diante deste cenário neoliberal pode-se afirmar que:

[...] o projeto de Estado fundado nesse paradigma sustenta o retorno à ótica da sociedade civil para reconhecimento dos direitos, dando sustentação ao âmbito dos direitos individuais. Já no campo dos direitos sociais, retoma a lógica do mercado e da filantropia para o atendimento das demandas geradas por eles. Se o indivíduo tem dinheiro, deverá comprá-los no mercado, transitando, assim, da ótica do direito para a mercadoria. Se não possui condições de comprá-los, deverá acessá-los através da benevolência da sociedade, que retoma o papel de responsável por atender às demandas sociais. E deverá fazê-lo de forma a atender parcialmente a suas demandas, retomando o conceito de não intervir de maneira a incidir no desejo de progresso, que é imanente da relação com o mercado. A regulação que pode e deve ser feita pelo Estado é, nesse caso, aquela que fornece as condições efetivas de pleno funcionamento do mercado. (COUTO, 2006, p. 72).

Diante todas estas atrocidades com a classe trabalhadora, acentua-se o crescimento da pobreza e da desigualdade social, as consequências mais significativas do neoliberalismo, gerado a partir da diminuição da oferta de empregos, das desigualdades de salários entre homens e mulheres, resultante da

desregulamentação do mercado de trabalho (terceirização, subcontratações, trabalho precarizado), aumento dos impostos para as classes empobrecidas.

Os maiores ganhos sociais advêm da mobilização de classe, na sociedade capitalista. Os principais agentes de mudança política são as classes sociais, é por meio das correlações e equilíbrios de força produzidas que a política social se caracteriza além de um meio de atenuar as mazelas do capitalismo (PEREIRA, 2013).

É somente através da luta de classes que historicamente vem sendo construída que a população tem conquistado seus direitos, tem avançado em reivindicações antigas das minorias sociais, é com profissionais comprometidos com as políticas sociais que as mazelas do capitalismo são amenizadas, é somente com políticas sociais universais que se constrói o bem estar social da população que mais necessita da garantia de seus direitos.

O pensamento neoliberal discute que o exagerado gasto governamental com políticas sociais públicas é funesto para a economia, gera o déficit orçamentário que, esgota a poupança interna, aumenta as taxas de juros e diminui a produção. A solução prevista para enfrentar esse problema seria transferir este gasto público, para a iniciativa privada. Ressalta-se que a proteção social pública, garantida sob o formato de política redistributiva, é maléfica para o desenvolvimento econômico, porque onera as classes possuidoras, além de aumentar o consumo das classes populares em detrimento da poupança interna. Neste caso, a melhor solução é diminuir a consequência redistributiva das políticas sociais, o que supõe a flexibilização ou negação da sua garantia (PEREIRA, 2001).

É por uma trajetória de avanços e retrocessos que a política social vem sendo gestada. Por vezes, existem desarticulação e falta de informação da própria população, que já entende com normalidade a precária condição social em que está inserida. Nas últimas décadas, esta instabilidade econômica foi construindo relações perversas de com a população que fica sem proteção social.

1.2 Educação pública: conquistas e desafios

Abordar a educação como uma política social, requer diluí-la na sua inserção mais ampla: o espaço teórico-analítico próprio das políticas públicas, que representam a materialidade da intervenção do Estado, ou o “Estado em ação”. Desse modo pode-

se resgatar, neste mesmo espaço, as particularidades da política educacional contextualizadas segundo as distintas vertentes analíticas (AZEVEDO, 2004).

As políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas, ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com representações sociais que cada sociedade desenvolve em si própria. Neste sentido, são construções informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade (AZEVEDO, 2004, p.5-6).

É a partir do reconhecimento tardio dos direitos sociais no Brasil, que a educação pública ganhou espaço, somente em 1946, através da Constituição da época, que contava com a mobilização de educadores e intelectuais.

Somente nos anos 1970 e 1980, com caráter desenvolvimentista, a educação desenvolve-se em dois momentos importantes, tendo por objetivo a universalização do ensino público e a garantia de acesso das classes populares e mais pobres da sociedade. Logo, nos anos 1990, assume um caráter competitivista, priorizando uma forma de escolarização entre as classes dominantes (NASCIMENTO, 2006).

Segundo Castro (2008), a partir da Constituição Federal de 1988, intensificam-se as ações coletivas na busca dos direitos historicamente negados, como o direito à educação, para às camadas mais desfavorecidas. Neste contexto de reforma educacional, diversos estudos relacionam pobreza e baixa escolaridade, não dissociando fatores como sexo, cor e região de residência, entre outras.

Theodoro e Jaccoud (2005) destacam que a desigualdade brasileira está atrelada aos diferenciais em função da origem étnica. A reprodução da desigualdade, pautada em grande medida pela existência da discriminação racial, compõe um dos amplos desafios a serem encarados pelas políticas públicas. A política social de cunho universalista, base da ação do Estado, reformatada a partir da Constituição de 1988, parece necessitar de ações complementares que dêem conta das especificidades da questão.

A educação é um dos maiores caminhos de mobilidade social, sendo comprovado estatisticamente as relações entre os níveis de educação e as remunerações que as pessoas podem atingir. Conforme (CASTRO, 2008, p.243):

[...] O esforço pessoal e familiar para se conseguir vagas e manter os filhos na escola se faz na perspectiva de um futuro mais promissor que signifique alocação no mercado de trabalho com melhor remuneração. A educação é tida, assim, como mecanismo de mobilidade social, embora, a realidade

empírica, no Brasil, evidencie que a relação entre educação e melhoria das condições de vida é mais complexa, o que exige uma análise atenta de alguns problemas que a impedem de ser efetivamente este vetor de mudanças e melhorias.

Algumas famílias brasileiras, as chefiadas por mulheres principalmente, por não terem acesso à educação ou condições para dar continuidade aos estudos, pela necessidade de trabalharem para o próprio sustento, priorizam que seus filhos tenham uma formação escolar e acadêmica, visualizam que o nível de formação pode melhorar as condições de vida de toda a família e romper com o ciclo da pobreza, da exclusão e até mesmo da marginalidade.

No Brasil, a partir da década de 1990, a redução do gasto público na educação, preconizada pela reforma neoliberal, guiou a formulação e gestão das políticas sociais. Os princípios da descentralização e focalização passam a nortear estas políticas cada vez mais abandonadas pelo poder público. No cenário das políticas sociais, um novo modelo retoma a importância da formação do capital humano, considerado importantíssimo para a competitividade do mundo globalizado. Nesse modelo, a focalização é estratégica para alcançar eficácia na aplicação de poucos recursos (CASTRO, 2008).

Segundo Azevedo (2004) os neoliberais, defensores do “Estado-Mínimo”, depositam no mercado a capacidade de regulação do capital e do trabalho e acusam as políticas públicas de principais responsáveis pela crise que vivencia as sociedades. A intervenção estatal estaria prejudicando o equilíbrio da ordem, tanto no plano econômico como no plano social e moral, na medida em que tende a desrespeitar os princípios da liberdade e da individualidade, valores básicos do *ethos* capitalista.

A educação não é vista como uma política universal, que priorize a construção de conhecimentos, a formação crítica e cidadã, mas uma mera formação indispensável e obrigatória, que almeje formar mão de obra barata e que seja celetista nas vagas para uma educação pública, gratuita e de qualidade para brancos que tem mérito de alcançar o nível mais elevado de ensino, ou seja, indivíduos que souberam aproveitar as oportunidades oferecidas pelo Estado capitalista. Referente a esta conjuntura, pode-se afirmar que:

Para os sistemas educacionais, o neoliberalismo se apresenta como uma válvula de escape, que o colocará a caminho, numa direção contrária, à da crise capitalista estabelecida pelos teóricos. A crise possui um caráter gerencial, que requer uma profunda reforma administrativa, logo, não se vê crise de democratização. Assim, se existe uma crise gerencial no e do

Estado, o mesmo se torna incompetente para gerenciar as tais reformas de políticas públicas. O motivo, também, de haver crise nos sistemas de educação é uma ausência de mercado educacional. Com o mercado ter-se-á a concorrência (liberdade) que se torna um pré requisito básico para efetivar o conceito de equidade escolar (contraposição à igualdade). A equidade caracteriza-se por um reestabelecimento de conceito de justiça. Na verdade, a equidade promove as diferenças produtivas entre os indivíduos, com base em um sistema social justo. Isto se tornaria evidente na prática ao se adotar critérios meritocráticos de ensino (NASCIMENTO, 2006, p.52-53).

A meritocracia está presente quando concorda que as ações afirmativas servem para reforçar a exclusão, porque afirma que as vagas serão ocupadas por estudantes com menos preparo, não admite que as condições de um negro e um branco não são as mesmas em um processo seletivo, mesmo ambos tendo estudado na mesma escola, não levando em consideração o passado que é tão presente para a população negra, que mais uma vez é excluída, sendo posta à prova de um julgamento da classe branca dominante, que acredita que as cotas étnico-raciais serão um privilégio para a população negra.

Segundo Nascimento (2006, p.54) “a palavra qualidade está na moda, nos balcões dos Ministérios da Educação dos países que aderiram as políticas educacionais do neoliberalismo, ganhando centralidade no cenário mundial”. A terminologia qualidade, trouxe a esperança da resolução de todas as dificuldades educacionais. De outro lado há uma espécie de fluxo contrário em torno da qualidade como ação que busca conseguir o máximo de resultado com o mínimo de custo. Esta é uma lógica empresarial do mercado, que propõe averiguar os indicadores de qualidade com a finalidade da competição (NASCIMENTO, 2006).

Percebe-se que a educação é tratada como negócio, ou seja, é um produto a venda no mercado, é uma política que passa a ser ignorada como sendo um direito social. Quando tem investimentos, eles são mínimos.

Logo, Azevedo (2004) destaca que quando a política educacional é estudada segundo as categorias analíticas próprias à tradição de pensamento neoliberal, a sua dimensão como política pública – de total responsabilidade do Estado – é vista como ameaça. Neste cenário, os problemas identificados como causadores da crise dos sistemas educacionais, atualmente são vistos como integrantes da própria crise que assola a forma de regulação assumida pelo Estado no século XX. A política educacional, como outras políticas sociais será bem sucedida, na medida em que tenha por orientação principal o sistema privado.

Apesar deste contexto de qualidade, existem os excluídos, aqueles que não tiveram acesso ao ensino de qualidade. A exclusão torna-se mais acentuada porque os indivíduos não podem concorrer de maneira igual, não tem o mesmo ponto de partida, o objetivo é chegar no mesmo lugar, mas não possuem os mesmos instrumentos.

Segundo Moraes e Oliveira (2016) as características prolixas do termo exclusão social representa as populações que identificam-se como socialmente excluídas; como os negros, gays, deficientes, mulheres, os idosos, os que não se encaixam nos padrões de perfeição que representa o imaginário social.

A exclusão quando pensada como negação de direitos, refere-se a diversos segmentos da sociedade sem conseguir inseri-los em um único grupo. Os excluídos possuem especificidades discriminatórias que separam esses grupos. Estes sujeitos, possuem problemas, necessidades e realidades distintas (MORAES e OLIVEIRA, 2006).

Arroyo (2010) ao pensar as desigualdades como marginalização, exclusão, inconsciência, subcidadania, não chega a essas formas radicais da produção dos diferentes em desiguais, inferiores, inexistentes na especificidade de nossa formação social. Consequentemente, as políticas de educação para superação das desigualdades, para a moralização, conscientização, inclusão ficam na superfície, sendo incapazes de sequer entender e desvelar os brutais processos de sua produção.

Para atender as necessidades das minorias sociais, primeiramente é preciso reconhecer que elas existem e precisam de um olhar diferenciado, é preciso criar políticas educacionais específicas, que forneçam as condições necessárias para a inserção no sistema educacional, mas é preciso ir além do simples reconhecimento, é necessário incluí-los nas discussões, com a intenção de conhecer a realidade e construir mecanismos para transformá-la.

As medidas específicas de combate às desigualdades raciais podem e precisam ser interligadas a um exemplo universalista da política educacional. As políticas de combate às desigualdades raciais na educação, partem da comprovação de que a postura de neutralidade estatal tem sido ineficiente no confronto ao quadro de exclusão social a que estão submetidos os negros no Brasil. A escassez da garantia legal de não-discriminação e de tratamento formalmente igualitário de todos perante a lei deve assim demandar, da parte do Estado, ações distintas e

complementares, integradas ao princípio da universalização e em busca de uma ampliação da igualdade de tratamento e de oportunidade (THEODORO; JACCOUD, 2005).

Logo observa-se que as consequências na produção das desigualdades persistem. A ideia da raça, etnia, como uma maneira de conceder legitimidade às relações de dominação, como uma nova forma de legitimar as relações de superioridade-inferioridade. Raça, etnia reforçando as desigualdades sociais, sexuais, culturais. Até as desigualdades no padrão de trabalho, de poder-saber, transpassadas por sexismos e racismos (ARROYO, 2010). Nesta discussão:

Chama a atenção que uma relação tão estrita entre raça, gênero, orientação sexual e divisão do trabalho e pertencimento cidadão não seja destacada nas análises de políticas educacionais em suas relações com as desigualdades. Talvez porque ainda o pensamento educacional vê gênero, etnia e raça em uma situação natural de inferioridade, que vê essas diferenças como configurantes da inferioridade intelectual, cultural, moral, civilizatória. Em realidade, esse pensamento pedagógico participou desde a empreitada colonial da produção de uma visão negativa inferiorizada das identidades raciais, étnicas, no próprio campo intelectual, moral e cultural (ARROYO, 2010, p. 29).

A discussão do autor reforça o posicionamento que existe um alto índice de discriminação das minorias sociais, mais especificamente os negros, suas capacidades duvidosas, bem como reduzidas, o pensamento que a população negra é inferior ainda está muito presente em nossa sociedade.

A educação tem ganhado espaço de discussão nas organizações que lutam pelos direitos da população negra. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito progressivamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma alternativa possível de ascensão social, como na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que repudiam toda e qualquer forma de discriminação (GOMES, 2012).

A população negra, integra o contingente majoritário que sofre com a pobreza, desemprego, trabalho precarizado, criminalidade, drogadição. Visualiza-se que somente com investimento pesado em educação este cenário pode mudar. Esta dissertação quando refere-se em educação irá referenciar a que é oferecida nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

1.2.1 A criação dos IFs

A década de 1990 foi palco do comando da doutrina neoliberal, o país seguia um projeto capitalista e hegemônico. Destarte, não pode ser esquecida a dívida com a educação básica e a educação profissional e tecnológica e sua relação com a herança de um país colônia e escravocrata. Conforme explica:

[...] o projeto da classe burguesa brasileira não necessita da universalização da escola básica e reproduz, por diferentes mecanismos, a escola dual e uma educação profissional e tecnológica restrita (que adestra as mãos e aguça os olhos) para formar o “cidadão produtivo” submisso e adaptado às necessidades do capital e do mercado. Por outro lado, permitem também entender por que combatem aqueles que postulam uma escola pública, unitária, universal, gratuita, laica e politécnica (FRIGOTTO, 2007, p.1131).

Este cenário apresenta claramente o projeto que está sendo construído para a educação pública no país. Transformar este modelo educacional, requer repensar a origem da exclusão das camadas populares das instituições públicas de ensino, aquelas que possuem excelência na formação de seus professores. Quando pensada a educação profissional para a massa da população, logo se remete a formação de mão de obra barata para o capital.

A classe dominante brasileira opta pela inserção permitida e subordinada ao capital, ocupando uma posição subalterna na divisão internacional do trabalho. Ou seja, a sociedade que se produz na desigualdade, se alimenta dela, não precisando da efetiva universalização da educação básica, como a mantém diferenciada e dual. Assim é que as políticas educacionais, sob o ideário neoliberal da década de 1990 e sob um avanço quantitativo no ensino fundamental e uma mudança discursiva aparentemente progressista no ensino médio e na “educação profissional e tecnológica”, aprofundam a segmentação, o dualismo e perpetuam uma relação débil entre ambas (FRIGOTTO, 2007).

O projeto em pauta para a sociedade e o desenvolvimento demanda um imenso investimento em ciência e tecnologia como condição necessária à efetiva universalização democrática da educação básica. Não basta a democratização do acesso, há necessidade de qualificar as condições objetivas de vida das famílias e das pessoas e aparelhar o sistema educacional com infraestrutura de laboratórios, professores qualificados, com dignos salários, trabalhando numa única escola etc.

A partir de 2003 com a eleição do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, o governo apresentou uma proposta educacional voltada para a expansão da rede federal. Propondo também, que sua de gestão fosse voltada para a construção de políticas públicas que não corroborassem com o projeto neoliberal vigente. A passos largos as oportunidades para a população pobre começou a surgir, através do acesso e permanência as instituições de ensino.

No entanto, Pacheco (2011) sinaliza as implicações de quase duas décadas de políticas privatistas. E mais, a escola, como instituição da sociedade, é comprimida por valores já ultrapassados para o tempo presente. A degradação das relações humanas atravessa todos os tecidos sociais, tomando posição de destaque na comunicação de massa e interferindo, também, nas relações do universo educacional.

Entre 2003 e 2010 foram criadas 214 novas escolas de educação profissional e tecnológica (EPT), a instalação, vem ampliar a Rede Federal com o objetivo de cooperar com os demais sistemas de ensino para fortalecimento da oferta de EPT e, ao mesmo tempo, encaminha-se a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da Lei no 11.892/2008 (BRASIL, 2008), conforme artigo 2º:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

A Rede Federal inclusiva por sua excelência e vinculada a sociedade produtiva, gera condições de protagonizar um projeto progressista, que busque a construção de novos atores históricos, aptos a inclusão no mundo do trabalho, gerando a compreensão de que um novo mundo é possível, sem a barbárie neoliberal.

Pacheco (2011) reflete que os Institutos Federais destacam a valorização da educação e das instituições públicas, os aspectos fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, que visa combater às desigualdades estruturais. Pensar a estrutura institucional estatal e dos processos de financiamento e gestão de caráter técnico-administrativo, principalmente na dimensão política, no campo dos processos decisórios, na intermediação dos interesses de diferentes grupos utilizando-se de critérios de justiça social em virtude de sua função social, que esses institutos defendam a educação profissional e tecnológica como política pública. A reflexão do autor vai de encontro as finalidades e características dos IF, conforme a Lei no 11.892/2008 (BRASIL, 2008) em seu artigo 2º:

Art. 6º: I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Chama-se atenção para o importante papel emancipatório que os Institutos Federais levam aos municípios a que estão inseridos. Locais que, anteriormente estavam distantes dos grandes centros de ensino, careciam do acesso a informação e a qualificação da mão de obra para auxiliar no progresso econômico local. Pensando sempre na comunidade, usando os recursos tecnológicos disponíveis na própria instituição, ou seja, compartilhar com a comunidade todos os recursos.

Jovens que sem os Institutos Federais não teriam outra oportunidade de acesso à educação e até mesmo pessoas com mais idade que buscam o exercício da cidadania através da retomada aos estudos, vislumbrando uma inserção no mercado de trabalho.

1.2.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense possui uma longa trajetória como instituição de educação profissional. Sua história começou a ser escrita no início do século XX, por meio de ações da diretoria da Bibliotheca Pública Pelotense que, em 07 de julho de 1917, sediou a assembleia de fundação da Escola de Artes e Offícios. Seu objetivo era ofertar educação profissional

para meninos pobres, sediada em prédio construído mediante doações da comunidade.

As aulas tiveram início em 1930, quando o município assumiu a Escola de Artes e Offícios e instituiu a Escola Técnico Profissional que, posteriormente, passou a denominar-se Instituto Profissional Técnico e cujos cursos compreendiam grupos de ofícios divididos em seções: Madeira, Metal, Artes Construtivas e Decorativas, Trabalho de Couro e Eletro-Chímica. O Instituto Profissional Técnico funcionou por uma década e teve seu prédio demolido para a construção da Escola Técnica de Pelotas.

Em 1942, através do Decreto-lei nº 4.127, de 25 de fevereiro, subscrito pelo presidente Getúlio Vargas e pelo ministro da Educação, Gustavo Capanena, foi criada a Escola Técnica de Pelotas – ETP –, a primeira e única Instituição do gênero no estado do Rio Grande do Sul. A ETP, inaugurada em 11 de outubro de 1943, com a presença do presidente Getúlio Vargas, começou suas atividades letivas em 1945, com cursos de curta duração (ciclos). Nesse primeiro ciclo do ensino industrial, os cursos estabelecidos foram de Forja, Serralheria, Fundição, Mecânica de Automóveis, Máquinas e Instalações Elétricas, Aparelhos Elétricos, Telecomunicações, Carpintaria, Artes do Couro, Marcenaria, Alfaiataria, Tipografia e Encadernação. A partir de 1953, foi oferecido o segundo ciclo da educação profissional e criado o primeiro curso técnico – Construção de Máquinas e Motores.

Em 1959, a ETP é caracterizada como autarquia Federal e, em 1965, passa a ser denominada Escola Técnica Federal de Pelotas, adotando a sigla ETFPEL.

Com um papel social muito forte e reconhecidamente destacado na formação de técnicos industriais, a ETFPEL tornou-se uma Instituição especializada e referência na oferta de educação profissional de nível médio, formando grande número de estudantes nas habilitações de Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Edificações, Eletromecânica, Telecomunicações, Química e Desenho Industrial.

Em 1996, no dia 26 de fevereiro, foi colocada em funcionamento a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada – UNED, na cidade de Sapucaia do Sul.

Em 1998, a Escola Técnica Federal de Pelotas começou a efetivar sua atuação no nível superior de ensino a partir da implantação de Programa Especial de Formação Pedagógica, destinado à habilitação de professores da educação profissional.

Em 1999, através de Decreto Presidencial, efetivou-se a transformação da ETFPEL em Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS, o que possibilitou a oferta de seus primeiros cursos superiores de graduação e pós-graduação, abrindo espaço para projetos de pesquisa e convênios, com foco nos avanços tecnológicos.

Em 29 de dezembro de 2008, foi criado, a partir do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - IFSul, nos termos da Lei nº 11.892, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense é formado por 14 câmpus: câmpus Pelotas - Visconde da Graça (1923), câmpus Pelotas (1943), câmpus Sapucaia do Sul (1996), câmpus Charqueadas (2006) , câmpus Passo Fundo (2007), câmpus Camaquã (2010), câmpus Venâncio Aires (2010), câmpus Bagé (2010), câmpus Santana do Livramento (2010), câmpus Sapiranga (2013), câmpus avançado Jaguarão (2014), câmpus Gravataí (2014), câmpus Lajeado (2014) e câmpus avançado Novo Hamburgo (2014).

1.2.3 O município de Bagé

Bagé é um município da Microrregião da Campanha Meridional, na Mesorregião do Sudoeste Rio-grandense, no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Localiza-se próximo ao Rio Camaquã. Bagé tem 121 986 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2016.

Seus municípios limítrofes são: Aceguá, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Herval, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Vichadero (Uruguai), e a distância até a capital Porto Alegre é de 374 km.

O índice de desenvolvimento humano de Bagé, em 2010, era de 0,895. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o município está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano. A taxa de analfabetismo no município (até 2010) era de 4,93 por cento.

Em relação aos aspectos econômicos da cidade, conforme o IBGE (2008), o PIB de Bagé era de R\$ 1 159 310,782 mil e o PIB per capita de R\$10.015,21.

Não há certeza sobre a verdadeira etimologia do nome do município, mas a hipótese mais aceita é que venha da palavra charrua baj (ou baag), que significa "cerro" ou "colina", haja vista a geografia da região. Outra hipótese é que o nome se refira a um líder indígena chamado Iabajé, que teria vivido na região no século XVIII. Toda a região do pampa gaúcho, na qual está contido o atual município, era ocupada, até o século XVI, predominantemente pelos índios charruas. A colonização europeia da região onde ora se encontra o município iniciou-se em fins do século XVII com portugueses e espanhóis.

Sua economia é baseada na agricultura, pecuária e no comércio local. Possui duas universidades particulares: a Universidade da Região da Campanha e o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai/Anglo-Americano; uma universidade federal, a Universidade Federal do Pampa; um instituto federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

É marcante no município, desde sua fundação, a presença do Exército, por ser cidade de fronteira: é sede da 3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada e, atualmente, conta com quatro quartéis e um hospital militar, o HGuBa, (que atende toda a região), para além de uma unidade da Justiça Militar. Bagé é uma grande exportadora de cavalos de corrida, trazendo divisas para o Brasil.



Foto1: Bagé – pórtico da entrada na Avenida Santa Tecla. Imagem Disponível no Google.

1.2.4 IFSul campus Bagé

O Campus Bagé do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, integra a fase II do plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, instituída pela lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Aspiração antiga da população de Bagé e região, o campus contou com muitas iniciativas locais para a sua implantação.

As atividades acadêmicas foram iniciadas em 04 de outubro de 2010, em sede provisória na Escola Municipal São Pedro. Nesta data foram recebidos os primeiros sessenta estudantes dos cursos Técnico Integrado em Agropecuária e Técnico Integrado em Informática (ambos os cursos são técnicos integrados ao Ensino Médio, com duração de quatro anos, com o ingresso semestral). Estes cursos em sua maioria é formada por estudantes adolescentes, entre 14 a 20 anos.

Significando o desafio de ofertar educação profissional capaz de suprir as demandas regionais e contribuir para a superação dos problemas estruturais da região. A fim de suprir as demandas da região, foram criados diversos cursos; em 2011 foi implantado o Curso Técnico em Informática para Internet.

Em 2012 criou-se o curso técnico subsequente em Agroindústria, estes cursos são destinados aos estudantes que já concluíram o Ensino Médio, onde a maior parte do seu público são trabalhadores do comércio da cidade e região, com faixa etária predominante de 24 a 35 anos.

No ano de 2014 teve início o processo de verticalização do ensino no Câmpus, com a criação do curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, seu ingresso é semestral para estudantes que obteram aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

O campus Bagé, na sua vocação acadêmica busca consolidar-se como uma instituição de ensino pública e de qualidade em consonância com as aspirações regionais e aspira também a formação integral de seus estudantes e a participação destes como sujeitos críticos da realidade social. O foco de qualquer atividade desenvolvida pela Instituição é o aluno, com vistas na formação acadêmica e cidadã do estudante. A instituição busca, constantemente, fomentar a oferta de atividades que possibilitem atingir como metas: formação dos estudantes e servidores; integração das áreas de atuação com o dia a dia; o diálogo permanente com a comunidade interna e externa.

Atualmente o IFSul campus Bagé possui cerca de 650 alunos regularmente matriculados, a maioria das matrículas pertence ao Ensino Médio Integrado. Está previsto para o segundo semestre de 2018, mais dois cursos superiores: Tecnólogo em Alimentos (ingresso pelo ENEM) e Engenharia Agronômica.



Chegada do passeio ciclístico de abertura da VI Gincana Esportiva, Social e Cultural.

Foto 2: Gincana no IFSul campus Bagé.

Fonte: site institucional (2017)

2. O MOVIMENTO NEGRO E AS CONQUISTAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS

O Movimento Negro traz para a sociedade o debate sobre a dinâmica das relações raciais no Brasil, apostando em ações afirmativas, que ganham espaço no setor público. Existe um redimensionamento das ações voltadas à superação das desigualdades, o Estado tenta mostrar o comprometimento com a população negra, mas desde 1968, mesmo depois de acordos e convenções nacionais e internacionais buscam a eliminação da discriminação racial. Este capítulo discute o envolvimento deste movimento social.

2.1 A Movimento Negro em destaque

Segundo Domingues (2006), o movimento negro representa a luta dos negros na esperança de solucionar seus problemas na sociedade, em particular os oriundos dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Desta forma, para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação. Destaca-se:

Os negros possuem uma história nesse país, cujo valor precisam recuperar juntamente com o orgulho de ser um negro brasileiro. E não é só uma história de luta pela liberdade como também é uma história de integração, forçada ou não, com a cultura indígena e a cultura do europeu e que resulta na formação do que entendemos por cultura brasileira. Não se trata de renegar a origem africana, muito pelo contrário, mas de não deixar uma lacuna na memória e na história daquilo que é nosso e que difere do que é do negro americano, haitiano ou africano, que é a nossa história e nossa cultura. Se não é bonita, não vem ao caso, ela é sempre nossa história pregressa, da qual devemos tomar consciência sobre a qual devemos refletir criticamente a fim de não repeti-la (MORAES E OLIVEIRA, 2006, p.122).

O movimento negro organizado volta ao cenário político do Brasil, em 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). No plano externo, o protesto negro contemporâneo guiou-se, de um lado, pela luta a favor dos direitos civis dos negros estadunidenses, onde lançaram-se lideranças como Martin Luther King e, de outro, nos movimentos de libertação dos países africanos, especialmente os de língua

portuguesa, como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. Estas influências externas contribuíram para o Movimento Negro Unificado ter adotado um discurso radical contra a discriminação racial (DOMINGUES, 2006).

Esta organização de caráter nacional elege a educação e o trabalho como duas importantes pautas na luta contra o racismo. O MNU talvez seja o principal responsável pela formação de uma geração de intelectuais negros que se tornaram referência acadêmica na pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. Dessa forma, o movimento negro, entendido como sujeito político produtor e produto de experiências sociais diversas que ressignificam a questão étnico-racial em nossa história, é reconhecido, como sujeito de conhecimento (GOMES, 2012).

No desenvolvimento da luta antirracista, segundo Gomes (2012) após os anos 70, o movimento negro também aprofunda sua atuação e análise. A partir da experiência de reprodução das desigualdades de gênero, vivenciadas no interior do movimento negro, as mulheres negras se organizam e fundam nos anos 80, o Movimento das Mulheres Negras, que atualmente faz parte de uma articulação latino americana e internacional de mulheres negras.

Estas mulheres ocupam um espaço na militância política, atuando nas comunidades-terreiro, na articulação política, nos partidos, nas ONG'S, nos projetos educacionais. A questão de gênero só passou a ser pautada como uma forte preocupação da prática e das questões do movimento negro devido à pressão das mulheres negras. Estas têm exercido uma luta ferrenha não só no interior da comunidade negra, mas no debate com o Estado para a implementação de políticas públicas de saúde, emprego e educação que contemplem a articulação entre raça e gênero.

Os movimentos étnicos no Brasil, foram inspirados pelas ações afirmativas dos EUA, nos anos 1960, criando políticas para tratar de forma diferenciada os que se encontram em posições socialmente desiguais. Resultante das lutas em prol dos direitos de cidadania, temos as políticas de cotas para negros, atualmente em vigência em diversas instituições públicas de ensino, com o objetivo de combater as desigualdade racial num país de profundas desigualdades sociais.

O movimento negro no Brasil, nas décadas de 60 e 70 começou a discutir a necessidade de ações afirmativas aumentando a organização política, pressionando o Estado brasileiro a aceitar declaradamente a existência do racismo. As ações afirmativas começam a ter força na sociedade civil, o que requer que o Estado dê

atenção a criação de políticas de ação afirmativa, ou seja, esta iniciativa parte da sociedade civil organizada (VIEIRA, 2003). As demandas do movimento negro caminham em direção as superações das desigualdades raciais, na década de 80:

O problema da subvalorização da população negra é traduzido como um problema sociocultural, de participação política e de direitos negligenciados do cidadão, exigindo, assim, um posicionamento político das mais diversificadas entidades, envolvendo a esfera pública e privada na busca por soluções diferenciadas para problemas diferenciados (MATOS, 2006, p.62).

Até a década de 1980, a luta do movimento negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém, à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começaram a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas (GOMES, 2012).

A discussão sobre a implantação das cotas étnico-raciais nas instituições de ensino está presente no movimento negro, fazendo parte de amplos canais de discussão e mobilização, dos anos 1980 em diante essas discussões tem sido aprofundadas e sendo discutidas pela sociedade em geral, que tem uma imensa parcela de negros, que estão à margem da educação.

No Brasil, no ano de 1995, com as comemorações do tricentenário da morte do Zumbi dos Palmares, os temas da reparação e das políticas afirmativas ganharam destaque no movimento negro. Como consequência da Marcha Zumbi, realizada em Brasília no dia 20 de novembro, o governo brasileiro criou um grupo de trabalho interministerial para discutir políticas públicas para a população afro-descendente (SANTOS, 2003).

Malomalo (2017) traz que os bens culturais, como literatura, lendas, contos, história, são fontes preciosas de informação, que emana o pensamento de um povo. Os defensores das ações afirmativas, ao reviver Zumbi, estão lembrando as batalhas comandadas pelos negros escravizados no Brasil e as lutas de seus descendentes. Zumbi significa a liberdade sonhada pelos negros, e que se encontra em incansável processos de construção no Brasil.

Por diante, Domingues (2006) declara que o movimento negro contemporâneo já acumula experiência de gerações, sendo herdeiro de uma tradição de luta que

atravessa praticamente todo o período republicano. É por intermédio das múltiplas modalidades de protesto e mobilização que o movimento negro vem dialogando, não apenas com o Estado, mas principalmente com a sociedade brasileira. A trajetória desse movimento vem se caracterizando pelo dinamismo, pela elaboração e reelaboração, em cada conjuntura histórica, de diversas estratégias de luta a favor da integração do negro e erradicação do racismo na sociedade brasileira. Conforme pode-se analisar:

O ideário de que o Brasil é uma democracia racial não foi ainda suprimido do inconsciente social e faz-se urgente a sua problematização. Apesar de não ser mais consenso, fato que ele ainda opera como ordenador de ações e, por sua falácia dificulta e, muitas vezes impede que ações sejam tomadas, tornando cada vez mais distante uma democratização racial menos irreal ou uma participação mais equitativa de indivíduos negros no social (MATOS, 2006, p.62).

Este movimento para Matos (2006) é marcado de um lugar de fala, e reivindicações refletem nos corredores das universidades brasileiras, dando sentido a luta de uma bandeira levantada pelo movimento negro atual. O papel desempenhado pelo movimento negro foi e ainda é essencial na tentativa de desconstrução, no imaginário social, da visão harmônica das relações raciais brasileiras. Foi através das discussões implementadas pelo movimento negro brasileiro e também das denúncias de agressões sofridas por negros que se tornou evidente a existência do racismo no Brasil, bem como de seus efeitos prejudiciais a população negra.

Arroyo (2010) afirma que somente escutar a voz dos movimentos é insuficiente, porque eles necessitam mais. Quando não dá mais para ignorar essa presença e até quando abrem espaços na administração pública, uma postura frequente tem sido reconhecer os coletivos e seus movimentos apenas como canais de visualização das desigualdades, dos problemas que sofrem. Esse reconhecimento é reducionista, se limita a uma escuta benevolente de sua voz.

Se as próprias vítimas das injustiças e desigualdades históricas aprenderam a falar com suas ações e reivindicações, cabe ao Estado e seus gestores não apenas escutar suas vozes, mas reconhecer suas ações coletivas, como formas de intervenção política. Aos formuladores, gestores e analistas cabe o papel de dialogar com essas ações e intervenções e elaborar as políticas mais eficazes, incluindo coletivos feitos desiguais como sujeitos partícipes de decisões. Nada fácil avançar no

reconhecimento dos coletivos populares e de suas organizações e movimentos, como atores, políticos e sujeitos de políticas (ARROYO, 2010).

Para haver esse reconhecimento e escuta é preciso quebrar paradigmas instituídos historicamente, onde o negro é visto como subalterno, sendo necessário haver uma mudança no comportamento e forma de como o negro é reconhecido, as políticas não podem vir prontas para os negros, sem ouvi-los.

2.2 Discutindo os conceitos de raça, racismo e etnia

Nos últimos cem anos, o conceito de raça aplicado à espécie humana evoluiu de uma categoria científica evocada na legitimação de práticas de racismo para uma categoria científica de valor basicamente instrumental a serviço da luta contra o racismo. A mudança de enfoque tem a ver com desdobramentos ocorridos nas ciências sociais (MARTINS 2015).

Segundo Munanga (2004) no século XVIII, a cor da pele foi considerada como um critério fundamental para a divisão entre as chamadas raças. Por isso, que a espécie humana ficou dividida em três raças que existem e resistem até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica: raça branca, negra e amarela. Sendo a cor da pele definida pela concentração da melanina. É justamente essa concentração que define também a cor dos olhos e do cabelo. A chamada raça branca tem menos concentração de melanina, o que define a sua cor branca, cabelos e olhos mais claros que a negra que concentra mais melanina e por isso tem pele, cabelos e olhos mais escuros e a amarela numa posição intermediária que define a sua cor de pele que por aproximação é dita amarela.

Sendo assim, o autor corrobora:

A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos ou todas as populações sejam geneticamente semelhantes. Os patrimônios genéticos são diferentes, mas essas diferenças não são suficientes para classificá-las em raças. O maior problema não está nem na classificação como tal, nem na inoperacionalidade científica do conceito de raça (MUNANGA, 2004, p.5).

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio, a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais

inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra, mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2004).

No mesmo sentido:

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de ‘raça’ permite – ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos –, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite (GUIMARÃES, 2005, p.11).

Os pesquisadores que adotam o termo raça não o adotam no sentido biológico, pelo contrário, os atuais estudos da genética é de que não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo raça atribuindo-lhe um significado político construído a partir de estudos do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural. Sendo assim, muitas vezes, alguns intelectuais, ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico-racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que abarcam a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil (GOMES, 2005).

Sobre raça Munanga (2004, p.12) destaca:

O conteúdo da raça é morfo-biológico e o da etnia é sócio-cultural, histórico e psicológico. Um conjunto populacional dito raça “branca”, “negra” e “amarela”, pode conter em seu seio diversas etnias. Uma etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum; têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território.

Segundo Gomes (2005) o uso do termo raça pode ser considerado como contribuições e avanços no estudo sobre relações entre negros e brancos no Brasil, quando se discute a situação do negro, a raça ainda é o termo mais usado nas conversas cotidianas, na mídia, nas conversas familiares. A realidade, é porque raça ainda é o termo que consegue dar a dimensão mais próxima da verdadeira discriminação contra os negros, ou melhor, do que é o racismo que afeta as pessoas negras da nossa sociedade. Ou seja, “embora a raça não exista biologicamente, isto

é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam” (MUNANGA, 2004, p.10).

A separação entre raças presente no imaginário social, que compõe os discursos e comportamentos racistas, trouxe e ainda apresenta muitos entraves para a conquista de direitos dos negros, a exemplo das cotas étnico-raciais, sua defesa para esta parcela racista, opressora e conservadora significa a afirmação que a “raça negra” é inferior e precisa de um “benefício” para acessar uma vaga.

Convém ressaltar que o Movimento Negro e alguns sociólogos, quando utilizam o termo raça, não o fazem alicerçados na ideia de raças superiores e inferiores, como originalmente era usada no século XIX. Pelo contrário, usam-no com uma nova interpretação, que se baseia na dimensão social e política do referido termo. E, ainda, usam-no porque a discriminação racial e o racismo existentes na sociedade brasileira Não apenas gerados por aspectos culturais dos representantes de diversos grupos étnico-raciais, mas também devido à relação que se faz na nossa sociedade entre esses e os aspectos físicos observáveis na estética corporal dos pertencentes às mesmas (GOMES, 2005).

Munanga (2004) afirma que a diversidade genética é imprescindível à sobrevivência da espécie humana. Cada ser humano é único e se diferencia de todos os sujeitos passados, presentes e futuros, não apenas no plano morfológico, imunológico e fisiológico, mas também no plano dos comportamentos. É inadmissível pensar que as características adaptativas sejam consideradas “melhores” ou “piores”, “superiores” ou “inferiores” que outras.

Desta forma, uma sociedade que deseja extrair benefícios da diversidade genética da sua nação deve ser igualitária, proporcionando aos diferentes sujeitos a possibilidade de escolher entre caminhos, meios e modos de vida diversos, de acordo com a realidade de cada um. A igualdade supõe também o respeito ao ser humano naquilo que tem de único, como a diversidade étnica e cultural e o reconhecimento dos direitos de cultivar suas particularidades, contribuindo no desenvolvimento da diversidade cultural geral da humanidade.

O conceito de raça é apontado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se para um geneticista contemporâneo ou para um biólogo

molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletiva de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares (MUNANGA, 2004).

A discussão sobre raça é densa e complexa, ela está sendo levantada para entender os vários significados que a literatura e a sociedade dão para ela. Atualmente o conceito de raça, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde a relação de poder e de dominação.

O conteúdo da raça é social e político, a raça existe na cabeça dos racistas e de suas vítimas. Chama-se atenção:

Alguns biólogos antiracistas chegaram até sugerir que o conceito de raça fosse banido dos dicionários e dos textos científicos. No entanto, o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito como realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão (MUNANGA, 2004, p. 6).

Essa proposta de combate ao racismo é dotada de uma ingenuidade científica, porque a ideologia racista não precisa do conceito de raça para existir e se reproduzir. Sobre a criação do racismo Munanga (2004) observa que enquanto conceito e realidade, criado por volta de 1920, este foi objeto de variadas leituras e interpretações. Já recebeu várias definições que nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos o mesmo conteúdo e significado, gerando a falta do consenso até na busca de soluções contra o racismo.

O autor destaca:

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais,

linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo à qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2004, p.7).

Assim, a sociedade carrega o saldo negativo de um racismo elaborado no fim do século XVIII aos meados do século XIX. A consciência política reivindicativa das vítimas do racismo nas sociedades contemporâneas é crescente, o que comprova que as práticas racistas continuam presentes. Surgem uma nova forma de racismo: o racismo construído com base nas diferenças culturais e identitárias. Se por um lado, os movimentos negros exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa resgatar a sua autoestima dilacerada pela alienação racial, os partidos e movimentos de extrema direita na Europa, reivindicam o mesmo respeito à cultura ocidental local, como justificativa para viverem apartados dos imigrantes árabes, africanos e outros dos países não ocidentais (MUNANGA, 2004).

Complementa:

A concepção do racismo baseada na vertente biológica começa a mudar a partir dos anos 70, graças aos progressos realizados nas ciências biológicas (genética humana, bioquímica, biologia molecular) e que fizeram desacreditar na realidade científica da raça. Assiste-se então ao deslocamento do eixo central do racismo e ao surgimento de formas derivadas tais como racismo contra mulheres, contra jovens, contra homossexuais, contra pobres, contra burgueses, contra militares, etc. Trata-se aqui de um racismo por analogia ou metaforização, resultante da biologização de um conjunto de indivíduos pertencendo a uma mesma categoria social. É como se essa categoria social racializada (biologizada) fosse portadora de um estigma corporal. Temos nesse caso o uso popular do conceito de racismo, qualificando de racismo qualquer atitude ou comportamento de rejeição e de injustiça social (MUNANGA, 2004, p.8-9)

Seguidamente, pesquisadores brasileiros que atuam na área das relações raciais recorrem ao conceito de raça. Eles aplicam este conceito, não em caráter biológico, mas para explicar o racismo, na medida em que este fenômeno continua a acreditar na existência das raças hierarquizadas, raças fictícias ainda resistentes nas representações mentais e no imaginário coletivo de todos os povos e sociedades contemporâneas (MUNANGA, 2004).

Para entender o que está sendo trabalhado quando refere-se a raça é identificar os espaços de poder, que é alvo de disputa, implicando a relações de dominação e subordinação. Sendo necessário entender raça como uma categoria analítica e conceito sociológico.

Algumas pessoas evitam utilizar o conceito de raça para não correr o risco de gerar constrangimentos em discursos que podem ser considerados equivocados, desta forma utilizam do conceito de etnia, por ser considerado um termo correto. Essa substituição não muda nada à realidade do racismo, pois não aniquila a relação hierarquizada entre culturas diferentes que é um dos elementos do racismo. Ou seja, o racismo hoje praticado nas sociedades contemporâneas não precisa mais do conceito de raça ou da variante biológica, ele se reinventa com base nos conceitos de etnia, diferença cultural ou identidade cultural, mas as vítimas de hoje são as mesma de ontem e as raças de ontem são as etnias de hoje (MUNANGA, 2004).

Para Munanga (2004) a transformação na realidade são os termos ou conceitos, mas o desenho ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou ileso. É por isso que os conceitos de etnia, de identidade étnica ou cultural são de uso agradável para todos: racistas e antirracistas. Constituem uma bandeira carregada por todos, embora cada um a manipule e a direcione de acordo com seus interesses.

Lamentavelmente, o racismo em nossa sociedade se dá de um modo muito especial: ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial mas no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2005, p.46).

Quanto mais a sociedade, a escola e o Estado negam a presença do racismo no Brasil, mais ele vai se disseminando e precarizando as condições sociais dos negros. A realidade brasileira é permeada por um abismo racial entre negros e brancos. As pesquisas científicas e as estatísticas oficiais do Estado brasileiro que comparam as condições de vida, emprego, renda, escolaridade, saúde, entre outros índices de desenvolvimento humano, vivenciados por negros e brancos, comprovam a existência de uma grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é oriunda da estrutura racista, somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda a população brasileira, principalmente o povo negro (GOMES, 2005).

Em suma, o racismo é um fenômeno concreto, sujeito à investigação científica. É também uma realidade histórica, injusta e passível de ser transformada. A ação afirmativa aponta nessa direção. (MARTINS, 2015).

A discriminação da qual negros são vítimas não é apenas uma questão econômica que atinge todos os pobres da sociedade, mas sim resultante de uma discriminação racial camuflada durante muitos anos. Trata-se, sem dúvida, de uma definição política e não biológica. Esse movimento que já tem cerca de trinta anos e remonta à fundação do Movimento Negro Unificado, que tem uma proposta política clara de construir a solidariedade e a identidade dos excluídos pelo racismo no Brasil é anterior à discussão sobre as cotas ou ação afirmativa que ainda é recente.

Afirmar que a definição bipolar dos brasileiros em raças negra e branca surge das políticas de ação afirmativa, ainda em debate, é rejeitar a história do Movimento Negro Brasileiro. Pensar que o Brasil sofre pressões internacionais ou multilaterais para impor as políticas de cotas é minimizar a própria soberania nacional e ignorar as reivindicações passadas e presentes do Movimento Negro que, mesmo sem utilizar as palavras cota e ação afirmativa, sempre reivindicou políticas específicas que pudessem reduzir as desigualdades e colocar o negro no mesmo pé de igualdade que o branco (MUNANGA, 2014).

As conquistas do Movimento Negro precisam ser lembradas e reafirmadas para não cair no esquecimento e tornarem-se “benefício de governo” para “fazer bonito” no cenário internacional.

2.3 Ações afirmativas de cotas étnico-raciais

Segundo Munanga (2004) as políticas de ação afirmativa são muito recentes na história da ideologia antiracista. Países como Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, Inglaterra, Canadá, Índia e Alemanha, entre outros, que já tiveram implantadas estas ações, objetivam oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens oriundas as situações de vítimas do racismo e das diversas formas de discriminação. Terminologias como “equal opportunity policies”, ação afirmativa, ação positiva, discriminação positiva, ou políticas compensatórias, são utilizadas mundialmente.

Acerca da discriminação positiva Silvério (2005) cita que na ótica mundial destes países as políticas estão orientadas para membros de um grupo que assume

sua identidade étnica e/ou racial, principalmente por consequência do nascimento, que decorrem de características físicas ou culturais.

No Brasil, a discussão acerca das políticas de ação afirmativa receberam nos últimos quinze anos, investimentos em níveis razoáveis no campo político e acadêmico. A luta dos movimentos sociais negros, associados a conjuntura internacional de renovação da pauta de combate ao racismo, manifestada na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban na África do Sul, no ano de 2001, fortaleceu no Brasil, o debate acerca da urgência da implementação de políticas destinadas a população negra. Portanto, a partir do início do século XXI, a pauta racial foi incluída na agenda brasileira, apesar que isso não signifique que o combate ao racismo seja central como política de Estado (SANTOS, 2015).

Nesta época, o então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, sancionava uma lei oriunda da Assembleia Legislativa instituindo uma cota de 40% para negros nas universidades públicas do Estado, somando-se à reserva, já aprovada, de 50% para estudantes oriundos das escolas públicas. Em 2002, medida parecida foi constituída, no âmbito da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); no ano seguinte pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul (UEMS), que já implementava uma cota para índios; e também pela Fundação Joaquim Nabuco, de Recife (40% para negros em todos os seus cursos). Paralelamente, inúmeros municípios do Estado de São Paulo implantavam cotas de 20% para negros nos concursos para o funcionalismo público, enquanto o prefeito de Porto Alegre elaborava projeto de lei complementar, com o mesmo propósito, estabelecendo esse percentual em 10%.

Desde então, outras doze universidades adotaram cotas para negros e índios: as universidades federais da Bahia, do Paraná, de Alagoas, de Juiz de Fora e de São Paulo; e as universidade estaduais de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Montes Claros, enquanto a Universidade Estadual do Amazonas restringiu a medida aos estudantes de origem indígena. Neste momento, a Universidade Federal da Bahia e a Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio) estudam a adoção de cotas para negros, enquanto a Universidade Federal do Rio de Janeiro examina um projeto de reserva de vagas para alunos provenientes da rede pública. A ação afirmativa em benefício dos negros começava a se tornar realidade no Brasil (MEDEIROS, 2005).

Até o ano de 2002, o interesse pela adoção de políticas de ação afirmativa para a comunidade negra no Brasil – como forma de promover o desenvolvimento de parcela considerável da população até hoje vítima de um racismo histórico – parecia se restringir à militância do movimento negro. Naquele ano eleitoral, no entanto, a iniciativa do Governo do Rio de Janeiro de implantar nas universidades do estado o sistema de cotas para negros e alunos egressos de escolas públicas, aliada à expectativa e à consagrada vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, trazem para a cena pública o debate sobre a necessidade de políticas de ação afirmativa para os descendentes de escravos, como uma tentativa de concretizar o pagamento da dívida com um atraso de mais de cem anos (MARTINS 2005).

Considerando o secular atraso quanto à adoção de políticas de ação afirmativa para a comunidade negra no Brasil e a ligação estreita entre esse tipo de política e o contexto de racismo institucionalizado, o debate reacendeu na esfera pública nacional a polêmica em torno do reconhecimento do racismo vigente na sociedade brasileira. Defensores e oponentes das cotas travaram uma luta por sentidos nos textos da imprensa, procurando demonstrar a existência ou não de racismo e a necessidade desse tipo de política. As cotas também foram defendidas ou recusadas em alusão a aspectos como exequibilidade, justiça e concordância com a legislação jurídica vigente (MARTINS, 2005).

No início de 2004, cerca de 70 estudantes negros acorrentaram-se em frente do prédio da reitoria da Universidade de São Paulo, exigindo a adoção de políticas de cotas e outras medidas que ampliassem o acesso ao ensino superior. O recurso às correntes foi de grande simbolismo. Parte cotidiana da vida dos bisavôs de muitos desses estudantes foram nas senzalas brasileiras, que atualmente fixa seus descendentes a um espaço que continua sendo-lhe estranho, a universidade.

Neste cenário excludente, a reserva de vagas para negros, entre outras políticas reparatórias e de reconhecimento da diversidade étnico racial são emergenciais e fundamentais, as instituições de ensino caminham para sua materialização.

É importante ter claro, quando a universidade brasileira se propõe a adotar um plano de ações afirmativas, que não se encontra tão somente buscando corrigir os erros de 500 anos de colonialismo, escravidão, extermínio de povos indígenas e negros, de tentativas de extinção de suas concepções, crenças, atitudes, conhecimentos mais peculiares. Está, isso sim, reconhecendo que, apesar dos pesares, muitos deles não foram extintos e

precisam ser valorizados, reconhecidos não como exóticos, mas como indispensáveis para o fortalecimento político e acadêmico da universidade (SILVA, 2003, p.49).

Mesmo em épocas que o Brasil passa por um crescimento econômico os negros brasileiros não vivenciaram a diminuição das desigualdades sociais, pelo contrário, esse quadro só aumenta, onde continuam com os piores empregos, baixos salários e menores níveis de instrução (VIEIRA, 2003). Cada vez mais é preciso repensar quais políticas estão sendo construídas para a inclusão do negro, dando destaque para as instituições de ensino público, onde a educação seja reconhecida como ação política, libertadora e mais essencialmente democrática.

Munanga (2004) aponta que estudos realizados pelas instituições de pesquisas como o IBGE e o Ipea e estudos acadêmicos corroboram sobre a gravidade da exclusão do negro, sendo ele, pretos ou mestiços na sociedade brasileira. No Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos.

Silva (2003) destaca:

Ao tocar na estrutura das desigualdades, objetivando promover equidade entre negros, índios, brancos e amarelos nos bancos universitários, reescreve-se a maneira de pensar, de produzir conhecimento, de ser universidade no Brasil. Já não cabem pois, meras medidas visando mover os ditos inferiores para uma pretensa melhor situação, tendo como modelos os que se classificam como superior (SILVA, 2003, p. 49).

A partir da reflexão de Silva (2003) para a projeção de uma sociedade mais justa é necessário considerar as diferenças raciais, a pluralidade cultural, assumindo responsabilidades de educar para novas relações raciais e sociais. Sobre as instituições pensa-se que:

Uma instituição que se disponha a implantar plano de ações afirmativas para a população negra, não pode encará-lo como “proteção a desvalidos”, segundo pretendem alguns. É preciso que um plano com tais metas incentive a compreensão de valores da diversidade social, cultural, racial e, nestes valores busque apoio para orientar suas ações educativa, de formação profissional e de responsável pelo avanço das ciências. Sem dúvida, a universidade, ao prever e executar medidas visando à inclusão de grupos até então deixados à margem, inclui-se na sociedade, passa dela a fazer parte e assume compromisso com ela, já que deixa de atender unicamente aos interesses de um único segmento até então privilegiado (SILVA, 2003, p. 48).

Num país, como o Brasil, onde os preconceitos e discriminação racial se fazem tão presentes, onde os estudantes brancos pobres e negros pobres ainda não são iguais, os primeiros são discriminados uma única vez, pela condição socioeconômica,

o negro pobre é discriminado duas vezes pela condição racial e socioeconômica. Neste contexto, ressalta-se a importância da implementação de políticas de ação afirmativa, aqui destacadas as cotas étnico-raciais. Afirma-se como um instrumento acelerado de transformação, sobretudo no domínio da mobilidade socioeconômica, considerado como um dos aspectos não menos importante da desigualdade racial (MUNANGA, 2004).

Diante do cenário de desigualdade racial Vieira (2003) defende a adoção de medidas para reverter este cenário, tais como as ações afirmativas, as quais surgem no debate político e intelectual brasileiro como forma de ampliação, garantia e promoção dos direitos da população negra.

Vieira (2003) defende a ideia que a ação afirmativa está voltada para o combate à desigualdade racial, que seu conceito e utilização compreende uma tentativa de ressarcir a população negra pela discriminação sofrida ou pelo posto nos patamares mais baixos, referentes aos índices sociais, como educação, remuneração e habitação.

Sendo assim, em uma primeira instância esse conjunto de ações compensatórias concentra suas forças na tentativa de correção da situação de desvantagem impostas aos negros historicamente e, em uma última instância, está direcionado para a promoção de uma sociedade democrática, a qual não pode ser atingida sem igualdade (VIEIRA, 2003, p. 86).

Segundo Vieira (2003) os estudos realizados no território brasileiro, revelam que mesmo diante do reconhecimento oficial por parte do Estado de práticas discriminatórias, existem outras barreiras a serem resolvidas, imposta pelas próprias peculiaridades do racismo no Brasil, por exemplo, muitos negros não relacionam sua situação desprivilegiada na sociedade aos atos de discriminação racial. Muitas vezes, não acreditam na existência de preconceito e, algumas vezes criam uma imagem negativa de seu grupo racial.

Na busca de ferramentas e de instrumentos adequados para apressar o processo de mudança desse cenário injusto em que se encontra a população negra que se coloca a proposta das cotas étnico-raciais, como um instrumento ou caminho, entre tantos, a serem, implantados. Numa sociedade racista, na qual os comportamentos racistas difundidos no tecido social e na cultura fogem do controle social, a cota obrigatória confirma-se pela vivência dos países que a praticaram, como uma garantia de acesso e permanência nos espaços e setores da sociedade até hoje majoritariamente reservados a “casta” branca da sociedade (MUNANGA, 2004).

A cotas étnico-raciais são apenas uma das alternativa para minimizar a exclusão histórica que os negros vivenciam na sociedade brasileira, devido ao menor ingresso nas instituições de ensino, é por meio de uma transformação social que irá romper a visão arcaica dos indivíduos que possuem concepções opressoras a respeito dos grupos vitimados.

Até sancionar a Lei nº12.711, conhecida como a Lei das Cotas, percorreu-se mais de uma década de discussões sobre a urgência de inclusão da população negra no ensino público superior brasileiro. Em 29 de agosto de 2012, a então presidenta Dilma Roussef sancionou a esperada lei, que criou novas possibilidades para os negros. A lei dispõe sobre o ingresso de estudantes nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia (SANTOS 2015).

A lei que garante a reserva de vagas, ainda é muito recente. Mas, em seus quase seis anos de vigência já proporcionou transformações sócios-raciais na sociedade brasileira, possibilitando um ingresso mais justo e democrático para a população negra nas instituições federais de ensino.

3. OS CAMINHOS DA PESQUISA: CONHECENDO A IDENTIDADE DOS COTISTAS NEGROS DO IFSUL CAMPUS BAGÉ

Este capítulo descreve os procedimentos metodológicos utilizados na realização da pesquisa e seus resultados. Primeiramente, serão apresentados o método sociológico que conduziu o presente estudo, assim como o tipo e o delineamento da pesquisa e a técnica de análise dos dados.

Nos itens seguintes, serão trazidas as falas dos entrevistados e as análises realizadas, no que decorre a fala dos entrevistados.

3.1 Metodologia

Primeiramente, antes de abordar a metodologia é de extrema importância destacar o método sociológico sob o qual a pesquisa se desenvolveu. Após explanar sobre o método, far-se-ão sucintas considerações sobre o tipo de pesquisa desenvolvida, apresentando o espaço da pesquisa, os sujeitos pesquisados e as técnicas escolhidas para coleta e análise de dados.

A pesquisa foi construída a partir da perspectiva do método dialético crítico e suas categorias, com base em Marx, que propõe analisar a realidade de modo crítico e reflexivo, partindo do pressuposto de que a realidade está em constante transformação, assim como os sujeitos que nela estão inseridos.

Deste modo, o método dialético crítico proporciona ao pesquisador articular o conhecimento teórico com a vivência da pesquisa, permitindo reflexões acerca de suas descobertas.

É necessário construir o método a partir da realidade em que se está inserido, tendo uma visão crítica de homem e de mundo, ou seja, “não há possibilidade de construção do método sem teoria crítica” (FALEIROS, 1986, p.16). A teoria crítica é apreensão do conhecimento obtido por meio da leitura, da reflexão acerca do objeto que se deseja entender. Por meio da teoria encontra-se respaldo para entender a realidade, é o conhecimento científico que desfaz o senso comum.

O método deste estudo é o dialético-crítico, adotado por Marx:

A palavra método vem do grego “méthodos” que significa caminho. É o caminho racional para o conhecimento, seguindo um percurso fixado pelos critérios. Sendo assim, cada Filosofia tem seu próprio método, o seu próprio

caminho para chegar à verdade. O método é também condição de possibilidade do conhecimento. Em seu sentido mais geral, é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 39).

A dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008, p.7-8). O presente estudo utiliza-se das três categorias da abordagem dialética: a Totalidade, a Historicidade e a Contradição. Compreender o Método é instrumentalizar-se para o conhecimento da realidade, aqui apresentada, as cotas étnico-raciais.

Percebe-se que a lógica dialética do Método não descarta a lógica formal, mas lança mão dela como instrumento de construção e reflexão para a elaboração do pensamento pleno, concreto. Desta forma, a lógica formal é um momento da lógica dialética; o importante é usá-la sem esgotar nela e por ela a interpretação da realidade (PIRES, 1997).

O enfoque dialético prioriza o desvendamento das contradições como processo necessário à interpretação da realidade, à luz da sua contextualização histórica, para que seja possível captar as conexões e o movimento, e a partir da totalidade concreta, que não se revela a um primeiro olhar, mas necessita ser desvendada em suas tramas constitutivas (PRATES; REIS; ABREU, 2000).

Deste modo:

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 2002, p.42).

O método dialético de informação considera um conjunto, um todo concreto e procura descrevê-lo. Mas a simples descrição oferece apenas alguns conhecimentos sobre a realidade que desejamos desvendar, não mostra as inter-relações, articulações, a essência do fenômeno descrito. E para tanto, é necessário analisar. A análise permite a descoberta de grupos, categorias, partes que compõem esse todo, mas que não passariam de abstrações se a análise não encontrasse seus elementos indissolúveis e contraditórios, distintos porém, que mantêm entre si laços que alteram o seu sentido, resgatando o seu movimento constitutivo, a partir da totalidade (PRATES, 1995 apud PRATES; REIS; ABREU, 2000). Ou seja:

A totalidade não é um todo já pronto que se recheia com um conteúdo, com as qualidades das partes ou com as suas relações. A própria totalidade é que

se concretiza e esta concretização não é apenas criação do conteúdo, mas também criação do todo (KOSIK, 2002, p. 49-50).

A análise dialética nas reflexões de Prates; Reis; Abreu (2000) deve ultrapassar a reflexão crítica, buscando estabelecer mediações com a totalidade, pois é por meio das mediações que penetramos nos nexos constitutivos do real, desvendando suas contradições e múltiplas determinações, nas quais a totalidade entendida como “a realidade num todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer (classes de fatos, conjuntos de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 2002 p.44). No pensamento dialético, o real é compreendido e representado como um todo que não é apenas um conjunto de relações, fatos e processos, mas também a sua criação, estrutura e gênese (KOSIK, 2002).

Na categoria da historicidade a dialética considera todas as coisas em seu devir. O movimento é uma qualidade inerente a todas as coisas. A natureza, a sociedade não são entidades acabadas, mas em contínua transformação, jamais estabelecidas definitivamente, portanto, inacabadas (GADOTTI, 1983).

Adiante, segundo Minayo (2012, p.13) “entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Ou seja, para a pesquisa, que Minayo (2012) trata como “a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade” (2012, p.16), ser executada é necessário deixar claro qual a metodologia será utilizada.

Este trabalho caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, que de acordo com a autora:

Trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por estar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2007, p.21).

Optou-se por este tipo de pesquisa por ela se aprofundar no mundo dos significados pertencentes aos sujeitos pesquisados. A pesquisa qualitativa precisa ser interpretada, pois os resultados, muitas vezes não são óbvios, na qual “[...] pode ser considerada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados [...]” (RICHARDSON, 1999, p.90).

Os estudantes pesquisados pertencem a somente um dos quatorze campus do IFSul, diante deste recorte optou-se por utilizar o estudo de caso que é uma

modalidade que exige um “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (GIL, 2010, p.37). Ressalta-se que os trabalhos desenvolvidos nas últimas décadas, mostrou que é possível realiza-los em períodos mais curtos, que possibilite proporcionar uma visão global do problema, os fatores que os influenciam ou são por ele influenciados (GIL, 2010).

A pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, segundo Yin (2001, p. 32), “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”, com o estudo pretende conhecer profundamente a percepção sobre a políticas de cotas raciais dos estudantes pesquisados.

De acordo com Gil (2010, p. 117), “as etapas do estudo de caso não se dão numa sequência rígida. Seu planejamento tende a ser mais flexível e com frequência o que se foi desenvolvido numa etapa determina alterações na seguinte”. Tal procedimento utiliza diversas técnicas de coleta de dados, sendo fundamental para garantir credibilidade aos resultados. Sendo assim, na maioria dos estudos de caso bem conduzidos, a coleta de dados é feita mediante entrevistas, observação e análise de documentos (GIL, 2010).

Vencida a etapa inicial, passa-se à identificação do local de estudo, dos sujeitos, da coleta e da análise de dados.

A pesquisa realizou-se no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSul) campus Bagé, por meio do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX), especificamente no setor de assistência estudantil, local de trabalho da pesquisadora, onde acontece a análise da documentação dos estudantes que solicitam seu ingresso através da reserva de vagas.

Participaram da pesquisa os estudantes regularmente matriculados, que ingressaram pela reserva de vagas de cotas étnico-raciais no ano de 2015 e 2016, que após convidados, aceitaram participar da pesquisa. Estes estudantes foram mapeados através de um sistema institucional de informação, onde ficam registrados a forma de ingresso, os dados pessoais e acadêmicos. A intenção da pesquisa era abranger o maior número de estudantes que ingressaram nestes dois anos.

Destaca-se que não foram entrevistados a totalidade de estudantes pertencentes ao público-alvo da pesquisa, devido alguns terem evadido, trancado, cancelado a matrícula ou até mesmo recusando-se a responder a pesquisa. É importante ressaltar que alguns estudantes pesquisados não completaram a

maioridade, desta forma os pais e/ou responsáveis assinaram o termo de consentimento.

Em levantamento prévio o número de estudantes que ingressaram neste período, correspondeu a quarenta.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista, que de acordo com Marconi e Lakatos (2010), é caracterizada pelo encontro entre duas pessoas, onde uma delas obtém informações sobre o assunto desejado, com o objetivo profissional. Utilizada frequentemente na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social, é um importante instrumento de trabalho na área social.

A entrevista organizou-se de maneira semiestruturada, composta por um roteiro (Apêndice 1), que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado teve a oportunidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2012, p.64). A entrevista, como fonte de informação, é por excelência construída no diálogo entre pesquisador e pesquisado, desvendando a realidade vivenciada.

A sala de reuniões, nas dependências do IFSul câmpus Bagé, foi escolhida como espaço para aplicação da pesquisa, por ser um ambiente que garante aos estudantes, segurança e privacidade. Prezando na coleta de dados os princípios da ética profissional.

A partir das sugestões de Minayo (2012) destaca-se algumas considerações que foram seguidas pelo pesquisador: apresentar a pesquisa, fazendo menção ao interesse pela pesquisa, falar do vínculo institucional, explicando o termo, sendo claro nos termos de linguagem da pesquisa, possibilitando fácil compreensão ao estudante; justificar a escolha do entrevistado, garantindo o anonimato e sigilo sobre os dados; estabelecer uma conversa inicial que quebre o gelo, criando um clima descontraído.

Todas as entrevistas foram registradas através de gravação em áudio, após a autorização dos estudantes pesquisados por meio da assinatura do Termo de Consentimento.

Após realizadas as entrevistas, a organização e leitura dos dados aconteceu por meio da análise de conteúdo, que “diz respeito a técnicas de pesquisa que permitem tornar replicáveis e válidas inferências sobre dados de um determinado contexto, por meio de procedimentos especializados e científicos” (MINAYO, 2007, p.

303): Realizadas estas considerações acerca dos procedimentos metodológicos seguidos, avança-se para a análise das falas dos sujeitos.

Após a reflexão acerca dos referenciais teóricos sobre a pesquisa qualitativa vislumbra-se que as falas dos entrevistados é o momento mais rico de um trabalho científico. Destaca-se que a identidade dos treze sujeitos pesquisados será mantida em sigilo.

3.2 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

As cotas étnico-raciais entraram em vigor no IFSul campus Bagé no segundo semestre de 2013, até o ano de 2016 ingressaram 59 alunos auto declarados pretos e pardos, esta reserva de vagas estende-se para indígenas, mas o campus ainda não recebeu este público. Deste universo, composto por cinquenta e nove alunos, delimitou-se o público alvo a ser pesquisado.

Como este trabalho não tem intenção de trabalhar a categoria pardo, optou-se por delimitar a pesquisa a somente aqueles estudantes que se autodeclararam pretos, totalizando 27 estudantes. No ano de 2017, seis alunos não estavam regularmente matriculados (motivo de evasão e transferência externa), sobrando como público alvo da pesquisa 21 estudantes.

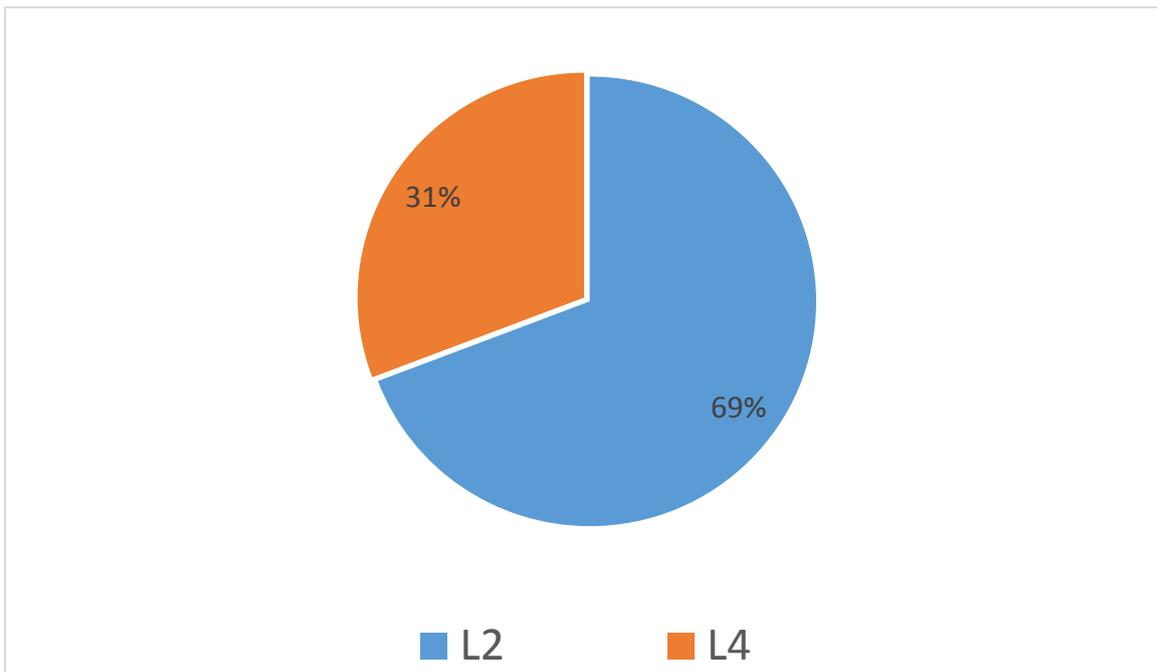
Logo a partir da delimitação do público, a intenção seria atingir o maior número de estudantes. Contatou-se todos os 21 estudantes e/ou seus responsáveis, deste total 8 não responderam à pesquisa, alguns até aceitaram participar no ato do contato, mas não compareceram na data e horário agendados, foram feitas novas tentativas, mas sem sucesso. Alguns estudantes justificaram que estariam com pouco tempo disponível, mas entende-se que este assunto para alguns pode ser difícil, não levantando o interesse de discussão, principalmente por sua maioria se tratar de adolescentes, a postura profissional no contato com os sujeitos da pesquisa foi de respeitar suas escolhas, em primeiro lugar.

Para alcançar o objetivo deste trabalho foram realizadas treze entrevistas com os estudantes que aceitaram participar da pesquisa. No universo de 100% atingiu-se o público de 69,1%. Analisou-se exclusivamente uma categoria, que corresponde ao entendimento destes estudantes em relação as cotas étnico-raciais.

Dados característicos acerca dos entrevistados, os quais foram considerados relevantes e com contribuição para os resultados da pesquisa. Essa caracterização

se realiza a partir das seguintes informações: Forma de ingresso, Sexo; Idade; Responsável pela manutenção financeira familiar; ocupação do responsável pela manutenção financeira familiar; escolaridade do responsável pela manutenção financeira familiar. Os dados estão expostos a partir de gráficos e comentados na sequência:

Gráfico 1: Sujeitos da pesquisa: Forma de ingresso

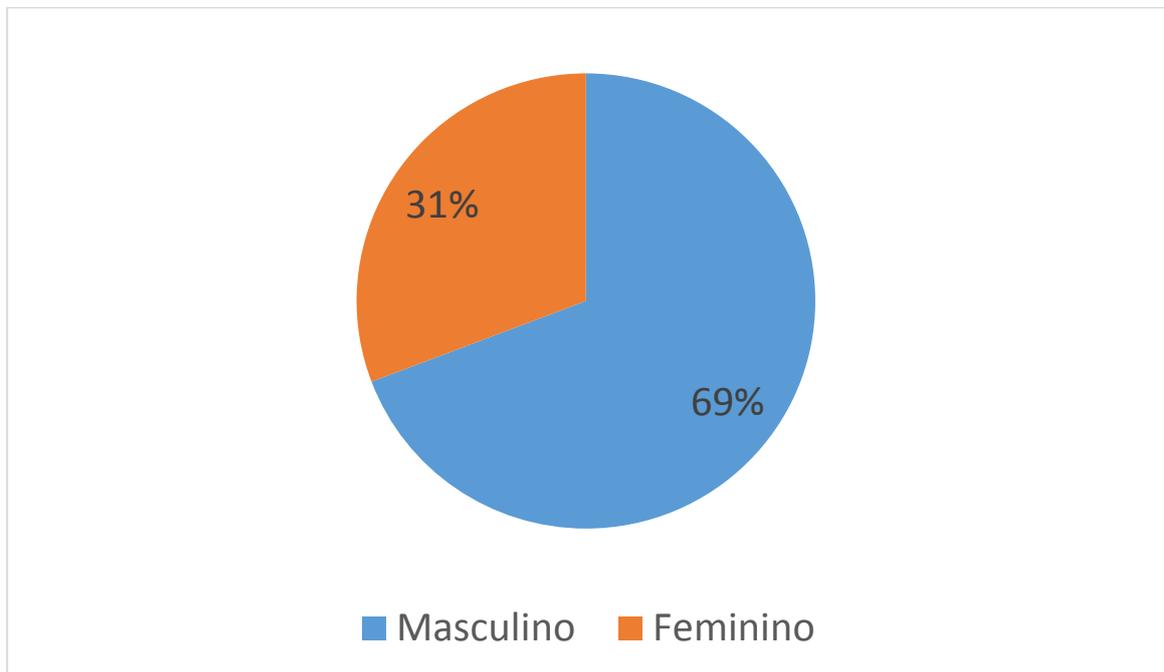


Fonte: Autor da pesquisa (2017).

Quanto a forma de ingresso, a maioria de 69% (9) dos estudantes ingressou na reserva de vaga L2 (oriundo de escola pública, autodeclarados pretos, pardos ou indígenas e com renda per capita de até um salário mínimo e meio), e 31% (4) dos estudantes ingressaram na reserva de vaga L4, diferença é que esta reserva de vaga não precisa comprovar renda familiar.

Durante a entrevista, os estudantes relataram que mesmo não ingressando na modalidade L4 possuem renda per capita inferior a um salário mínimo e meio. Não optaram pela reserva L2 para não ser necessário o processo burocrático de comprovar renda.

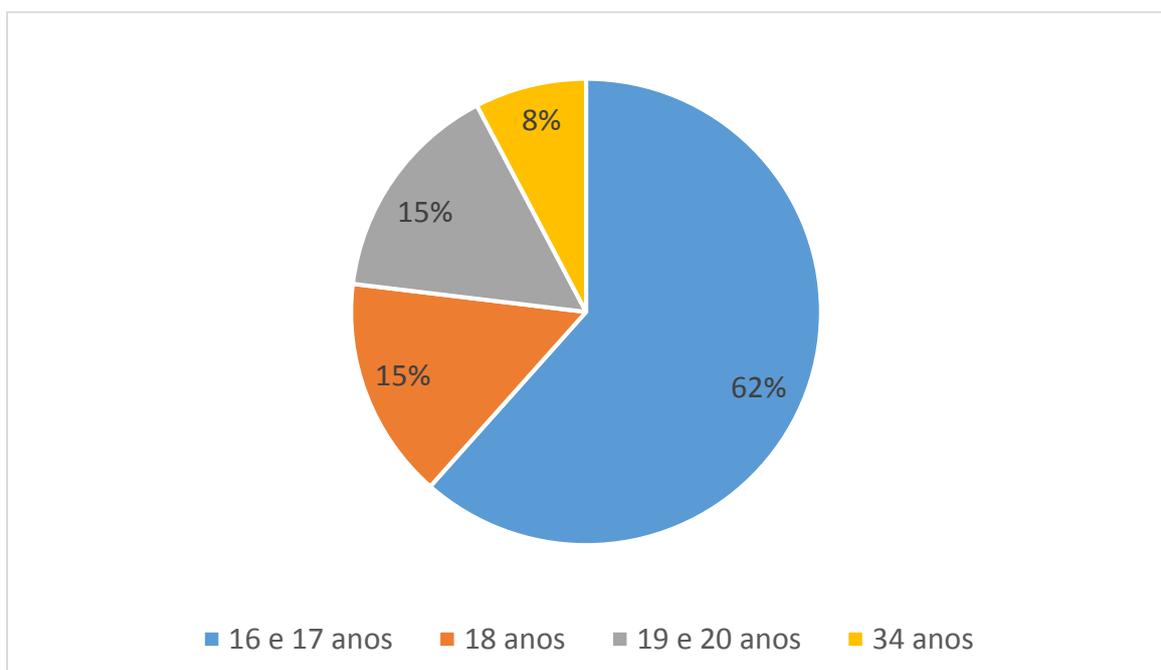
Gráfico 2: Sujeitos da pesquisa: Sexo dos entrevistados



A pesquisa revelou a predominância do sexo masculino, sendo 69%, (9) dos entrevistados, enquanto o sexo feminino representou 31%, totalizando (4) participantes.

Percebe-se que mesmo as mulheres sendo maioria nos bancos escolares, para a pesquisa elas representaram um número menor de entrevistadas.

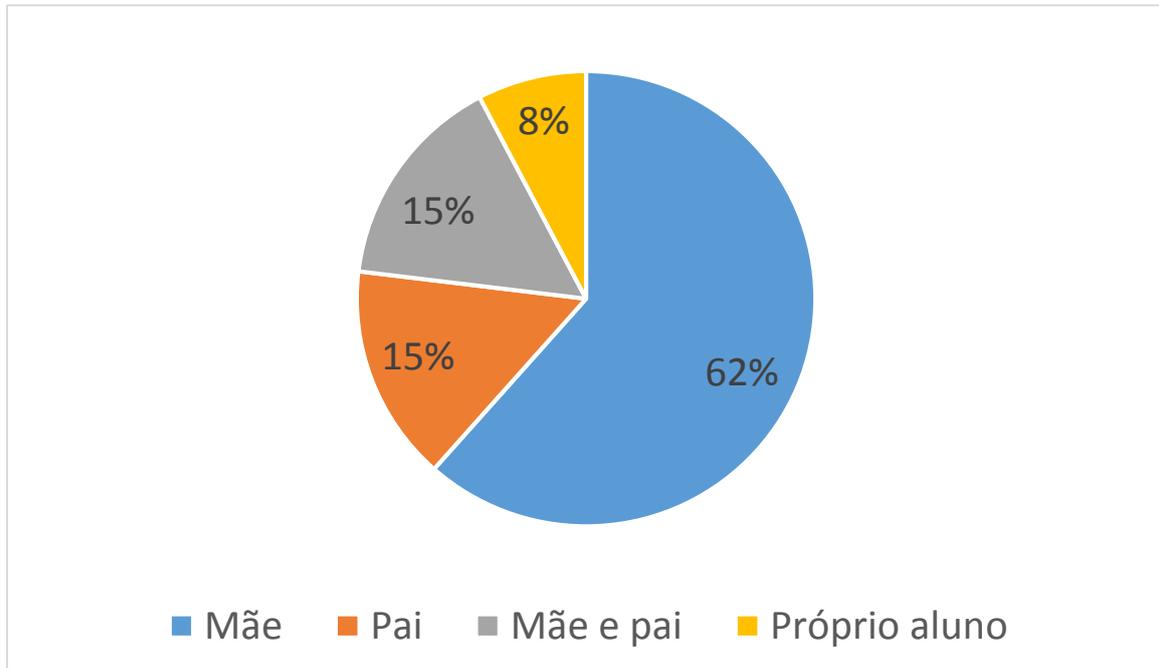
Gráfico 3: Sujeitos da pesquisa: Idade dos entrevistados



Fonte: Autor da pesquisa (2017).

Identifica-se que 61% (8) dos estudantes entrevistados tem 16 e 17 anos, 15% (2) estudantes tem 18 anos, a mesma quantidade de 15% tem 19 e 20 anos e um estudante tem 34 anos, representando 9%. A faixa etária predominante dos estudantes está dentro da idade prevista, sendo que todos cursam o Ensino Médio Integrado.

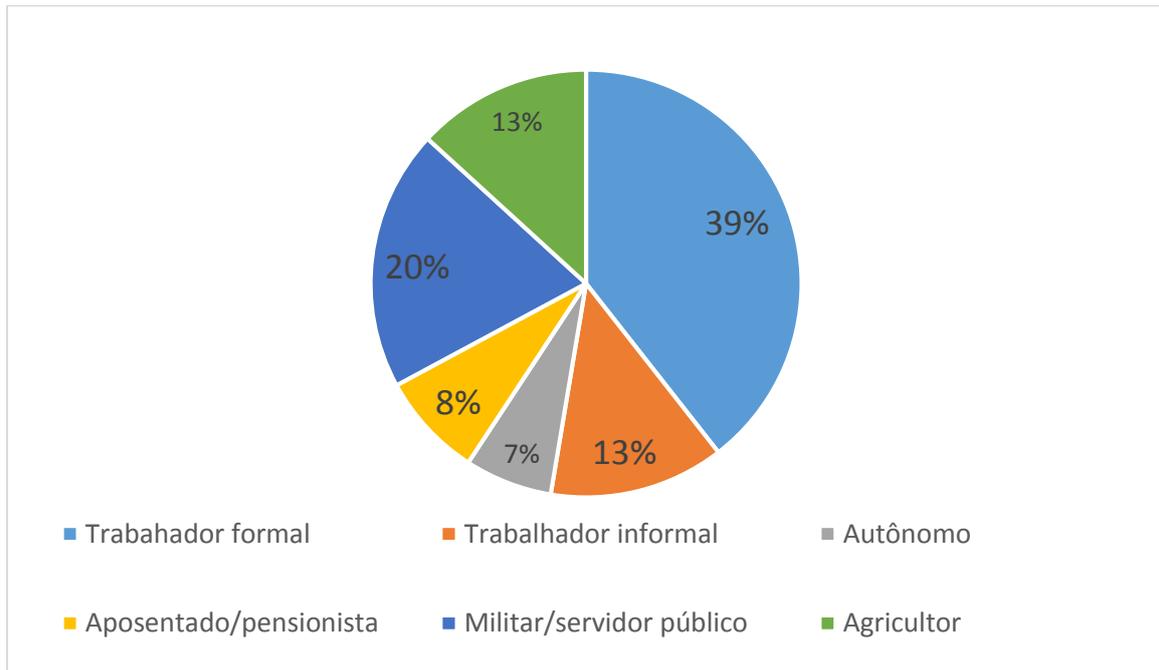
Gráfico 4: Sujeitos da pesquisa: responsável pela manutenção financeira familiar



Fonte: Autor da pesquisa (2017).

Observa-se que a maioria das famílias tem a mulher frente a manutenção financeira familiar, correspondendo 62% (8) estudantes, 15% (2) estudantes tem a mãe como responsável, também 15% (2) estudantes tem o pai e apenas 8% (1) estudante é o responsável pela manutenção financeira familiar, aquele aluno que não reside com os pais.

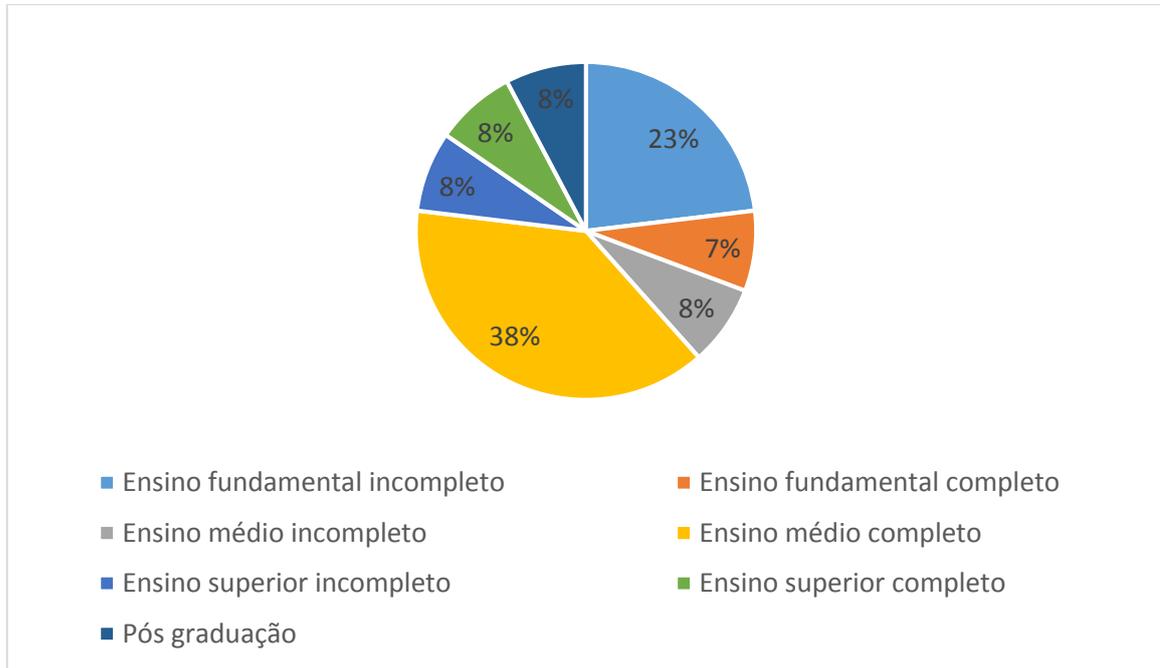
Gráfico 5: Ocupação profissional do responsável pela manutenção financeira familiar



Fonte: Autor da pesquisa (2017).

Quanto a ocupação profissional do responsável pela manutenção financeira familiar, 40%, (6) são trabalhadores formais (as inserções são como empregada doméstica, serviços gerais, eletricitista e cuidador de idosos), percebe-se que estes postos de trabalho são os que menos exigem escolaridade e possuem baixa remuneração. 20% (3) são servidores públicos e militar, onde a renda salarial é maior e a escolaridade exigida também. Agricultores e trabalhadores informais representam 13%, representando (2) em cada segmento, aposentados/pensionistas e autônomos representam o quantitativo de 7% cada um, representando (1) em cada categoria.

Gráfico 6: Escolaridade do responsável pela manutenção financeira familiar



Fonte: Autor da pesquisa (2017).

A escolaridade predominante entre os responsáveis pela manutenção familiar é variada, a maioria representa 33% (5) que concluiu o ensino médio, logo 20% (3) representam a menor escolaridade, o ensino fundamental incompleto, os que não concluíram o ensino superior, os que concluíram o ensino superior e a pós graduação, cada formação representa 7% (1) em cada categoria.

3.3 A representação das cotas étnico-raciais na visão de seus beneficiários

Os dados foram coletados a partir do roteiro de entrevista (Apêndice 1). Para melhor organizar as repostas dos entrevistados, primeiramente estão destacadas as características individuais dos 13 entrevistados, logo abaixo as respostas das perguntas, sendo transcritas as falas, que a critério da pesquisadora melhor retratam a opinião dos entrevistados e são de extrema contribuição para o resultado da pesquisa.

Entrevistado 1: Sexo masculino, 17 anos, o pai trabalha com carteira assinada, sendo o responsável pela manutenção financeira familiar, reside com os pais e um irmão, ambos os pais concluíram o ensino fundamental, a mãe tem vontade de voltar a estudar, o pai não porque está quase aposentado.

Entrevistado 2: Sexo masculino, 20 anos, filho de pai branco e mãe negra, o pai trabalha com carteira assinada, sendo o responsável pela manutenção financeira familiar, reside com os pais, a mãe concluiu o ensino médio e o pai possui o ensino fundamental incompleto.

Entrevistado 3: Sexo feminino, 17 anos, filha de pai negro e mãe branca, separados, a mãe trabalha com carteira assinada, sendo a responsável pela manutenção financeira familiar, reside com a mãe e a avó, ambos os pais concluíram o ensino médio.

Entrevistado 4: Sexo feminino, 20 anos, filha de pais negros, separados, a mãe trabalha com carteira assinada, sendo a responsável pela manutenção financeira familiar, reside com a mãe e dois irmãos, a mãe possui o ensino médio completo e o pai o ensino fundamental incompleto.

Entrevistado 5: Sexo Masculino, 16 anos, pais negros, separados, a mãe trabalha com carteira assinada, sendo a responsável pela manutenção financeira familiar, reside com a mãe e quatro irmãos, a mãe completou o ensino fundamental e o pai possui ensino superior.

Entrevistado 6: Sexo feminino, 18 anos, ambos os pais responsáveis pela manutenção financeira familiar, pai militar e mãe autônoma, reside com os pais e uma irmã, pai completou o ensino médio e a mãe ensino superior incompleto.

Entrevistado 7: Sexo masculino, 17 anos, pais negros, mãe é pensionista, responsável pela manutenção financeira familiar, o pai é falecido, reside com a mãe, que cursou possui o ensino fundamental incompleto.

Entrevistado 8: Sexo masculino, 16 anos, pais negros, separados, mãe é trabalhadora informal, responsável pela manutenção financeira familiar, reside com a mãe e dois irmãos, mãe possui o ensino fundamental incompleto.

Entrevistado 9: Sexo masculino, 16 anos, pais negros, mãe é servidora pública, sendo responsável pela manutenção financeira familiar, o pai é falecido, mora com a mãe, a avó e o padrasto, o pai cursou o ensino médio completo e a mãe tem pós graduação.

Entrevistado 10: Sexo masculino, 17 anos, os pais são agricultores, ambos são responsáveis pela manutenção financeira familiar, reside com os pais, dois irmãos e um sobrinho. Mãe completou o ensino médio e o pai tem o ensino médio incompleto.

Entrevistado 11: Sexo masculino, 34 anos, pais negros, servidor público, casado, ambos são responsáveis pela manutenção financeira familiar, a mãe tem curso técnico e o pai não completou o ensino médio.

Entrevistado 12: Sexo feminino, 18 anos, pais negros, separados, mãe é trabalhadora informal, sendo responsável pela manutenção financeira familiar, mora com a mãe e dois irmãos, os pais não concluíram o ensino médio.

Entrevistado 13: Sexo masculino, 17 anos, pais negros, separados, mãe é trabalhadora formal, sendo responsável pela manutenção financeira familiar, reside com a mãe, o pai cursou o ensino médio fundamental e a mãe tem curso superior.

Com o intuito de aprofundar o debate sobre o entendimento dos estudantes acerca das cotas étnico-raciais, torna-se necessária a identificação de como os entrevistados visualizam este direito. Destaca-se a seguir as falas dos entrevistados, diante as perguntas:

Pergunta 1: O que você entende por cotas étnico-raciais?

“Na minha opinião é uma coisa que não deveria existir, porque todo mundo é igual, todo mundo tem que ser igual, mas tem a desigualdade, sempre teve a desigualdade, hoje em dia mesmo, se acabasse as cotas, eu não sei como seria, se teria preferência entre um ou outro, pra mim fica uma dúvida, mas eu acho que não deveria existir, porque todo mundo é igual, mesmo eu tendo entrado por isto. Eu não sei como explicar muito bem. Precisa das cotas, por que tem a diferença, a desigualdade ainda existe, pra mim a principal é a racial [...] (Entrevistado 1).

“Eu sabia porque tinham me explicado no meu curso, tinham falado que se eu quisesse poderia me inscrever pelo L4, aí eu pesquisei, fui saber sobre isso, eu fui ver o que era, aí achei aquilo ali, daí eu pensei, eu vou me inscrever nisto, tá ali eu posso me inscrever eu pensei, mas depois pensando bem, eu não pensava muito bem, eu não tenho o pensamento que tenho agora, agora eu vejo que é uma coisa que não deveria existir, existe porque tem a desigualdade [...] (Entrevistado 2).

Eu nunca tinha ouvido falar. Eu fui entender um pouco quando fui fazer a prova pro if, mas eu não entendo muito bem sobre essas coisas, se alguém me perguntar eu não vou saber explicar tão bem (Entrevistado 3).

[...] A reserva de vagas dá mais oportunidade pra gente, e é bom também, porque se for ver, na minha turma é só eu e outra minha colega negra, e os outros, é pouquinhas pessoas só, eu acho que são poucas pessoas que eles escolhem, se é a pouca quantidade que passou, tipo na minha turma, eu tô dando um exemplo da minha turma, se foram poucos negros que passaram na minha turma, ou se eles escolhem os negros para entrar, não sei como funciona, mas na minha turma só tem duas pessoas [...] (Entrevistado 4).

Já ouvi, mas não sei o que falar, minha mãe procurou saber. Cotas são vagas. As vagas são pra negros [...] (Entrevistado 5).

É uma oportunidade que as pessoas tem de estudar em um instituto federal, fazer uma faculdade boa, uma oportunidade que muitas pessoas tem através das cotas, é bom mas por outro lado não é bom, tem um preconceito por ter entrado por esta cota, pra mim foi bom, mas não faz diferença [...] (Entrevistado 6).

“Serve para os negros entrarem nas escolas, para ter mais negros [...]” (Entrevistado 7).

“Eu não sei explicar muito bem, mas é para beneficiar os negros que não podiam estudar e agora podem, para incentivar que eles estudem, é uma chance maior [...]” (Entrevistado 8).

[...] Elas existem pela diferença que sempre teve entre os brancos e os negros, porque antes os negros não podiam entrar, não entrava os negros nos cursos, aí botaram as cotas para os negros entrarem com os brancos, dizendo que os negros tem a mesma capacidade que os outros, pra ajudar, foi isso que me explicaram [...] (Entrevistado 9)

[...] Negro não era a mesma coisa que branco, ele era sempre inferior, olham pra gente diferente, como se a gente fosse inferior aos outros, eu já senti isso, eu nunca sofri racismo, mas algumas pessoas olham pra gente de maneira diferente, a gente vê pelo olhar, em determinados lugar, mas aqui nem nos outros colégios não aconteceu [...] (Entrevistado 9).

[...] Não sei o que são as cotas, quem me inscreveu foi uma amiga minha [...] (Entrevistado 10).

“Eu pra ser bem honesto, eu sou contra. Aí vem a minha esposa com o papo que foram 500 anos de exploração, mas nos últimos vinte anos não estuda quem não quer, nos últimos dez muito menos ainda. Quando eu me formei no ensino médio em 2001 não tinha Enem, Prouni, tinha só universidade privada, tinha que pagar. Eu acho que todo mundo é capaz, basta querer. Minha esposa defende as cotas, não que ela se sinta inferiorizada, pelo contrário, ela é muito inteligente. Mas, ela disse que o nível social dos antepassados e pelo mundo que a gente vive tem uma discriminação. Eu acho que as pessoas não se valorizam. Eu sou contra as cotas, porque tu discrimina as pessoas. É a tua capacidade que vale [...] (Entrevistado 11).

“As cotas é para o governo pagar a dívida que possui com os negros, porque foram muitos anos de escravidão, os negros não estudavam, eram tratados pior que animais [...] (Entrevistado 12).

[...] Pessoas que entram por causa da raça, ou uma maneira do governo ajudar pessoas por ser de cotas raciais diferentes, por a renda dessas pessoas não ser tão alta como a de pessoas brancas, então pra não gerar desigualdade existe as cotas raciais [...] (Entrevistado 13).

Como apresentado nas falas, pode-se identificar que elas são contraditórias, os entrevistados apontaram três fatores principais para caracterizar seus conhecimentos acerca das cotas étnico-raciais: reconhecem a desigualdade entre

brancos e negros, associam a existência delas como uma forma de discriminação ao negro e uma forma de ter mais negros nas instituições.

Pergunta 2: Você acha necessário as cotas étnico-raciais? Por que?

“Não sou a favor. Pra mim a coisa mais certa pra fazer é desde o ensino, desde o primário já começar com incentivações dizendo que todo mundo é igual, ninguém é diferente um do outro, pra criança já não nascer com esse pensamento, de ser diferente, de ser superior ao outro, as crianças ficam com esse pensamento por influência dos outros, não são todas [...]” (Entrevistado 1).

Pode-se perceber através da fala do estudante que o mesmo se posiciona contra as cotas, afirmando que a maneira ideal seria ensinar as crianças a igualdade, cabe refletir que estes ensinamentos são reproduzidos principalmente na escola e em seus lares, de acordo com o pensamento de seus familiares. O Brasil possui indicadores sociais evidentes de desigualdade entre os grupos raciais, principalmente entre brancos e negros.

A dinâmica brasileira das relações raciais materializa, em toda sociedade, uma lógica de segregação amparada em preconceitos e estereótipos raciais disseminados e fortalecidos pelas mais diversas instituições sociais, entre elas a escola, a Igreja, os meios de comunicação e a família, em especial.

[...] Minha opinião sobre isso é bem instável, até o ano passado eu achava que não eram necessárias, mas atualmente a minha visão acha que sim, porque quando aconteceu o fim da escravidão o governo podia dar terras e grãos pro pessoal como forma de pagamento, aí não precisaria de cotas raciais, porque já teriam quitado a dívida com as pessoas negras, mas como não foi feito isso, existe as cotas raciais pra pagar o que eles não pagaram no passado [...] o pessoal foi tirado da vida delas do continente africano, trouxeram elas pra cá, fizeram o que fizeram, depois que acabou tudo, se virem [...] (Entrevistado 2).

Por um lado sim, mas por outro não, todo mundo fala é pra ajudar o negro e tudo mais, mas eu acho que isso é tipo um racismo, temos brancos que também estudaram em escola pública, não só negros, sabemos que antigamente era pior para os negros, mas tínhamos brancos também de renda baixa, então porque também não temos uma cota para eles, mas só para negros [...] (Entrevistado 3).

Percebe-se que os estudantes visualizam as cotas para negros com valor menor, dando maior importância as cotas para pobres e oriundos de escola pública. Como se as cotas para negros fossem assistencialistas e gerassem a exclusão dos brancos.

Eu acho que não é necessária porque independente de ser negro ou branco todo mundo é igual, eu acho que não tinha que priorizar, porque se não tivessem as cotas não iam colocar os negros nas escolas e tal [...] (Entrevistado 4).

Ressalta-se a ideia do entrevistado onde o mesmo visualiza que sem as cotas os negros seriam incapazes de ingressar em uma instituição de qualidade, como se a cor/raça da pessoa não tivesse algum significado, porque todos os seres são iguais perante a lei e a sociedade. O entrevistado 4 remete a ideia de que

Eu acho que os negros não fazem o vestibular, talvez por falta de interesse, talvez por discriminação na hora de se inscrever, talvez alguns não se sintam confortáveis pra comprovar renda, ser pobre [...] (Entrevistado 4).

Se existindo as cotas já é baixo o número de negros, se não existisse não ia ter nenhum [...] (Entrevistado 4).

Neste cenário, chama-se atenção para o protesto do Movimento Negro no campo do ensino superior, contra exclusão de jovens negros. Dados quantitativos apresentam que a população de jovens que se definem como “pardos” e pretos nas universidades brasileiras, especialmente naquelas que são públicas e gratuitas, é muito menor do que a população desses grupos de cor residente nos Estados e cidades onde estão instaladas as universidades (MALOMALO, 2017).

Esta realidade está presente no município de Bagé, que possui o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e a inserção de negros nos bancos escolares ainda é muito pequena.

Diante do exposto pode-se afirmar que os negros, apesar da política de ações afirmativas ainda estão muito longe de serem metade dos estudantes nas instituições federais, mesmo estas estando próximas a sua residência, é emergente continuar esta discussão acerca de tamanha exclusão social e racial.

Eu acho que no momento que tu se inscreve pela cota já é uma oportunidade, eu não sei se eles escolhem, eu fico meio assim se eu concordo ou não concordo [...] (Entrevistado 4).

Não assumir uma posição já é uma posição. Logo, “pensar o futuro nos obriga a rever o passado de forma crítica sem o que não será possível entender porque os subalternos procuram alterar suas condições de acesso em diferentes dimensões da vida social” (SILVÉRIO, 2005, p.143). Reconhecer que os negros pensam e reproduzem essas ideias é fruto de todo um passado de exclusão e opressão, sendo o convencimento aliado a vitória.

As cotas foram criadas por causa do preconceito (Entrevistado 4).

Eu penso em fazer faculdade de veterinária, por causa da oportunidade, vou utilizar as cotas [...] (Entrevistado 4).

“Eu acho que é uma coisa ruim, diz que o negro não é inteligente pra passar na prova [...]” (Entrevistado 5).

Sem as cotas é mais difícil, pra muita gente é mais difícil, mas aí vem aquela coisa, estudar e realmente querer [...] (Entrevistado 6).

As falas do entrevistado 6 remete ao pensamento de Bento (2005) que ao concordar com essas afirmações teremos que concordar que o processo seletivo para

as instituições federais é justo, selecionando o mais esforçado que merece ocupar a vaga; os negros não são merecedores as vagas das instituições porque não estudam suficientemente, ou seja, são menos esforçados; as cotas discriminariam os brancos, ou seja, o branco esforçado seria punido pela sua cor e por fim concordar com a meritocracia que seleciona os melhores.

Eu tenho que analisar, ver se realmente eu tenho necessidade, se eu não vou estar roubando o lugar de outra pessoa [...] (Entrevistado 6).

Com pessoas que eu converso, parece que as cotas é uma oportunidade pra passar na frente, mas tu vai passar na frente de alguém que necessite [...] (Entrevistado 6).

Pode ter menos oportunidade, mas vai da pessoa parar e estudar, tem que ter esforço individual [...] (Entrevistado 6).

Diante as falas do entrevistado 6 fica claro que o mesmo não se reconhece como sujeito de direitos e sim como sujeito que irá impedir o direito do outro que é branco. Questiona a necessidade de fazer uso da reserva. Preza pela busca através do mérito, que pra ele é igual para toda a população.

“Se é pra ajudar, acho necessário [...]” (Entrevistado 7).

“Não podia existir, só existe por causa do preconceito, mas se ela ajuda os negros, por mim tá bom [...]” (Entrevistado 8).

Encontra-se nas falas o discurso da ajuda, que mais uma vez não reconhece o direito da pessoa negra que presta o vestibular, onde está ausente o exercício da reflexão, falta de informação que reproduz o discurso da classe dominante.

As cotas até podem existir, só que a gente pode entrar igual aos outros, algumas pessoas precisam, mas isso eu não vou saber te explicar. (Entrevistado 9).

Identifica-se nesta fala a vontade que o estudante demonstra em querer concorrer uma vaga igualmente, sem precisar fazer uso da cota étnico racial. Parece um sentimento de afirmação e busca por uma identidade que ele ainda não construiu, ou que a sociedade construiu por ele.

[...] Racial é de cor né? Mas também nunca pesquisei. Meu pai trabalhou no quilombola, por eu achar chato, nunca perguntei. Meu pai é descendente de quilombola, ele tava sempre falando, mas eu não prestava atenção, ele começava a falar e eu já saía. Lá no assentamento tem uns quantos descendentes de quilombola, tem até uma associação e ele era presidente, então tava sempre trabalhando com esses assuntos, mas agora ele se desligou um pouco, diz que dá muita confusão [...] (Entrevistado 10).

As cotas não são necessárias, porque as pessoas tem que estudar, todas as pessoas que são racionais não devem ser distintas pela cor. É pela capacidade da pessoa, não pela cor. Eu não me acho menos. Hoje é só querer, tem meios que te possibilitam estudar sem pagar [...] (Entrevistado 11).

Já que tem esse benefício da cor, eu não vou ser hipócrita de dizer que é ruim, mas eu sou contra de maneira geral, porque as pessoas são capazes. Eu tirar a vaga de uma pessoa e entrar porque eu sou negro. Eu acho que tem que estudar. Eu não me sinto menos que uma pessoa branca (Entrevistado 11).

A maioria dos estudantes afirmam serem contra as cotas étnico-raciais, pois acreditam que ela é um reforço ao racismo, é interpretada como se o negro não tivesse capacidade de passar no vestibular, são criados estereótipos, associam também ao mérito, ao esforço individual de cada um para ter sucesso.

Pergunta 3: Quais os motivos o fizeram se inscrever na reserva de vagas de cotas étnico-raciais?

[...] Eu não sabia, foi na hora de marcar o cadastro eu fui marcando ali cotas raciais, eu sabia bem pouco [...] (Entrevistado 2).

[...]Porque eu me encaixo, eu sou negra, não tinha como eu me favorecer a outra coisa, a não ser entrando pelas cotas, eu sabia que ia ser mais difícil entrar pelo acesso universal, do que entrar pelas cotas, entende? Se não fosse pelas cotas talvez eu não tivesse entrado no IFSul [...] (Entrevistado 3).

[...] É uma coisa que me favorece, não só me favorece, mas as cotas é pra ti entender, tu é negra, tu precisa daquilo pra ti poder ingressar numa universidade nessa nossa sociedade, tu tem que se assumir, tu tem que assumir que tu é negra, não adianta tu não vai mudar isso, eu vou me inscrever por cotas [...] (Entrevistado 3).

[...] Minha mãe disse que eu tinha que botar as cotas, pra ajudar, mas eu acho que todo mundo é igual, não precisava as cotas, eu acho isso, a mãe disse que todo mundo coloca, não que eu vá seguir todo mundo, mas que era mais fácil de eu entrar [...] (Entrevistado 9).

[...] Eu fiz um curso antes de vir pra cá, daí eles falaram das cotas, aí eu falei pra minha mãe [...] (Entrevistado 9).

“Eu utilizei as cotas por influência da minha esposa, eu não estudei específico para o vestibular. Ela disse que eu teria mais chance, já que eu queria estudar, mas eu sou contra as cotas, mesmo sendo beneficiado, eu acho que não deveria ter as cotas. Eu não sei se é justo isto, só porque eu tenho a cor preta, só se eu tivesse uma deficiência, mas por cor não seria necessário [...] (Entrevistado 11).

“Porque eu sou negra, vou usar as cotas [...]” (Entrevistado 12).

“A minha mãe fez faculdade pelas cotas, então ela me incentiva, é um direito dos negros, temos que aproveitar, pra não perder [...] (Entrevistado 13).

A maioria reconhece ser negra e poder usar esse benefício, mas mostram que não usariam novamente, percebe um discurso envergonhado destes sujeitos, sentem-se inferiores. A maioria diz ter sido induzida, achar uma maneira mais fácil para o ingresso ou até medo de não ingressar.

Pergunta 4: Você vive em uma sociedade racista? Já viveu alguma situação? Dê exemplos:

“Eu acho, tem como melhorar. É desde o tempo dos escravos, eles eram obrigados a trabalhar porque eram negros, eu acho isso muito errado, passa nos filmes, depois veio a Abolição, mas eu vejo que isso continua. As vezes chamam de macaco, até nos jogos de futebol, nas redes sociais; isso me impressiona. Eu não vou saber te falar mais sobre isso porque eu não sofri, não dava importância, quem sofreu é diferente [...]” (Entrevistado 1).

[...] Não totalmente. Mas ainda existe. Eu não vejo uma sociedade totalmente racista. Mas, ainda existem certas coisas que são bem preconceituosas. Já vivi quando era menor, a prima de uma amiga minha disse, eu não gosto de ti negro, eu era bem pequeno, tinha uns seis anos, contei pra minha mãe, ela disse pra eu não me preocupar. Antigamente eu achava isso muito errado, só que conforme eu fui crescendo, tipo, se uma pessoa chamar a outra pessoa de negra, isso não é racismo, porque a pessoa é negra, mas a maioria das pessoas vai achar que é racismo [...] (Entrevistado 2).

[...] Comparar a cor da pessoa a uma coisa degradante, inferior, coisas do tipo, isso é racismo pra mim [...] (Entrevistado 2),

[...] A maioria das pessoas tem resistência em falar sobre isto. Até o meu pai quando acontece alguma reportagem, esses tempos apareceu uma reportagem sobre a Cracolândia, que tal porcentagem das pessoas eram negras, ele não soube falar no assunto, ficou ressentido [...] (Entrevistado 2).

[...] Algumas pessoas não falam sobre racismo por medo de ofender os negros [...] (Entrevistado 2).

[...] Ainda a sociedade é muito racista, preconceituosa, nunca sofri racismo, minha vó me pergunta sempre [...] (Entrevistado 3).

[...] Meus pais sentam e perguntam pra mim, se ninguém faz piadinha sobre eu ter ingressado em uma escola federal, sabendo a dificuldade que é, mas a gente não conversa muito sobre isso, a gente deixa, essas pessoas não vão fazer diferença na nossa vida, um racismo, um preconceito não vai afetar nossa felicidade [...] (Entrevistado 3).

[...] A nossa sociedade é muito racista, mas eu nunca presenciei, a gente vê pela tv, pela internet, agora a internet é o foco de tudo, ali tu vê várias coisas sobre racismo, não só o racismo em si, a sociedade em si é muito preconceituosa [...] (Entrevistado 3).

[...] Hoje ser negro no Brasil é uma dificuldade muito grande ainda, porque temos negros que não podem trabalhar em certos lugares, temos negros que não são aceitos em faculdades ainda, quando eu tiver meus filhos, espero que na sociedade deles, isso já tenha acabado um pouco, que eles possam trabalhar onde eles quiserem, sem sofrer racismo, preconceito, que eles nunca percam a raiz [...] (Entrevistado 3).

[...] Quando todo mundo fala em cotas, todo mundo pensa em negro, por exemplo, o meu filho entrou por cota, ninguém vai te perguntar ele é branco, se ele estudou em escola pública, todo mundo vai pensar, ela tem um filho negro. Todo mundo pensa, cotas só favorece os negros [...] (Entrevistado 3).

[...] Teu filho entrou aqui, mas ninguém vai falar assim, a que legal ele é aquele branquinho, não, teu filho entrou aqui é aquele negro, todo mundo acha que cotas só favorece ao negro [...] (Entrevistado 3).

[...] Tem pessoas que não sabem sobre a lei, porque passa muito na mídia, tu vai ver que vai aparecer cotas, tantos negros ingressaram na universidade, não vai aparecer quantos brancos entraram pelas cotas, isso é meio que um racismo, um preconceito, todo mundo associa, cotas igual a negros, só favorece a negros [...] (Entrevistado 3).

[...] A sociedade é muito racista. Já vivi uma situação de racismo, outra coisa que eu acho que é racismo também, por eu ter o cabelo curto, uma vez na prova do Enem duas senhoras, eu tava de costa, não me lembro que cor de roupa eu tava, a mulher foi passando pra gente colocar os dados antes de colocar a prova, dai ela disse: agora passa nesse menino ela falou pra mim, ela não tinha visto que eu tava de tiara e coisa, ai eu olhei pra ela e fiquei assim, já é a segunda vez que acontece isso, eu não gosto de falar, disso, as pessoas não entendem, eu me senti muito mal, me chamam de menininho [...] (Entrevistado 4).

Percebe-se que o entrevistado 4 traz em sua fala a vivência do racismo pelo fenótipo socialmente construído do negro. A mudança de paradigmas exige ruptura com a ordem ocidental burguesa, onde predomina a discriminação, violência e coerção.

Eu acho que tem muita dificuldade, porque não dão muita oportunidade para negro em algumas coisas, emprego principalmente, as vezes não escolhem negro, tem muita gente ruim [...] (Entrevistado 4).

Eu acho que vem da educação de cada um, não querem o negro pelo modo de se vestir, eu acho que todo mundo é igual, mas nem todo mundo pensa igual. Não tem que tá pegando e discriminando os negros porque é uma cor diferente da tua [...] (Entrevistado 4).

A gente não vive em uma sociedade racista, todo mundo é igual [...] (Entrevistado 5).

Na tv tem casos de racismo, xingar o outro é racismo, falar negrão, se tiver xingando [...] (Entrevistado 5).

Um branco entra ali no mercado, mal dão uma olhada, mas se vem um negro no corredor sozinho já começam a sondar, acham que o negro é bandido e ladrão [...] (Entrevistado 5).

Tem várias notícias na televisão [...] (Entrevistado 5).

Não se vê muito [...] (Entrevistado 6).

Eu conheço pouco a história dos negros, só de estudar na escola, eu tinha que ter buscado mais aprender sobre isso, já li sobre isso, as vezes tu vai ler e é só sofrimento, não é um negócio que me chama tanta atenção [...] (Entrevistado 6).

Antes tu olhava pro negro e lembrava, era escravo, só servia pra limpar a casa, ou algo do tipo, eu não vejo por esse lado, nos próprios filmes é raro tu ver uma empregada branca [...] (Entrevistado 6).

Vivemos. Na minha outra escola tinha muito racismo, mas as professoras brigavam com quem falava dos negros [...]” (Entrevistado 7).

Eu já briguei na escola porque chamaram a minha mãe de macaca [...]” (Entrevistado 7).

“Existe porque sempre acham que o negro é ladrão [...]” (Entrevistado 8).

[...] A mãe me contou uma vez que ela tava em uma festa e começou a tocar um samba, e ela não tava dançando, aí um parente do meu padrasto chegou pra ela e perguntou: o que tu não vai sambar? Uma negrona dessas não vai saber sambar, ele tava dizendo só porque era negra era obrigada a sambar. Ela fica bem braba quando acontece isso com ela [...] (Entrevistado 9).

[...] Minha mãe disse que eu não posso me rebaixar [...] (Entrevistado 9)

...] Mais ou menos, já fiquei sabendo de vários casos de racismo, comigo nunca aconteceu, então não posso dizer se é ou não é racista, mas sempre tem um e outro. Um dia aconteceu comigo e um colega meu, nós tava num restaurante, um é moreno também, o F.T.T chamou chamou a mulher, só que o V.B.N tava no banheiro, tava só eu e ele sentando na mesa e nós dois somos negros. Ai ela só olhava pra nós e não vinha. Foi o momento que o V.B.N chegar na mesa e chamar ela uma vez só, ela veio e chegou direto falar com ele, com nós ela não falou. A gente viu que ela olhava pra gente como uma cara de o que vocês estão fazendo aqui. Até a gente brincou, mas é chato! [...] (Entrevistado 9).

[...] Uma vez na minha outra escola, tinha uma colega minha que sempre me deixava fora, me olhava com um jeito estranho, eu sempre achei que era por eu ser negro, ela era branca [...] (Entrevistado 10).

Bento (2005) destaca que as organizações são um campo fértil para a reprodução das desigualdades raciais, as organizações pregam que todos são iguais perante a lei e asseguram que todos tem as mesmas chances, basta ter competência. As desigualdades raciais persistentes mostram que alguns não são tão iguais quanto os outros. Os silêncios falam, gritam. Silêncio que oprime.

Vivemos numa sociedade racista. Muita coisa que mostra na televisão é a realidade, se tem uns 10 brancos e uns 3 negros, é difícil ser aceito. Se tu entrar numa loja, sempre vão preferir atender os brancos, porque é negro pensam que não tem dinheiro pra comprar. Mas é a mesma coisa, só muda a cor [...] (Entrevistado 10).

[...] Eu acho que as pessoas pensam que por ser negro, não vai ter muito futuro. É negro! Quando alguém fala de negro, já pensa, ou é marginal ou é favelado. Mas não é todos que são assim, tem gente que é assim é porque escolhe, porque oportunidade tem, se escolhe o errado é porque quer se dar mal mesmo, porque tem oportunidade. Se fosse assim não teria negro famoso, cantor, a pessoa que escolhe o futuro dela. Poucas vezes a

gente vê negros se destacando, cantores não são muitos, ator sempre que tu vê ou tá na favela ou tá de empregado, é muito difícil tu ver negro dono de empresa [...] (Entrevistado 10).

A fala do Entrevistado 10 vai ao encontro das afirmações de Bento (2005) em que a mídia tem grande influência nestes estereótipos. É a partir da década de 90 que filmes e livros mostram jovens negros como portadores de doenças sexualmente transmissíveis, drogaditos e criminosos, representando uma ameaça para a sociedade.

[...] Existe preconceito, não é porque a gente é negro a gente tem que ser da favela ou empregado doméstico. Se a gente tá ali não é porque a gente é negro, mas porque estamos precisando, foi porque é a oportunidade que a gente teve, mas sempre estamos tentando melhorar [...] (Entrevistado 10).

As falas dos estudantes, vão ao encontro da reflexão que os autores alertam, para as diferenças gritantes em praticamente todos os indicadores socioeconômicos, as desigualdades aparecem todo tempo, muitas vezes se agravando. A curto ou médio prazo é difícil visualizar expressivas reduções das desigualdades entre os grupos raciais no Brasil, não apenas fruto da pobreza a qual os negros historicamente foram submetidos, mas principalmente a existência do racismo e da discriminação racial em todos os espaços da vida social (JACCOUD; THEODORO, 2003).

“Tem vários exemplos de gente famosa que sofrem, por exemplo quando o Obama foi presidente dos Estados Unidos, quantas pessoas foram contra. Em pleno século XXI tem gente que comentou que tem uma negra apresentando o Jornal Nacional, isso é um baita preconceito [...] (Entrevistado 11).

Pessoas brancas estão tão acostumadas a verem os negros ocupando posições subalternas, devido estas cenas serem cotidianas, como citou o entrevistado acima. Ou até mesmo vislumbrar que se um negro conseguiu, todos podem conseguir.

As falas são complexas e contraditórias. Parte dos entrevistados reconhece que o racismo está presente na sociedade mas afirmam nunca terem sofrido, mas dão exemplos claros de situações de racismo vivenciadas, estes sujeitos não identificam racismo quando sofrem, mas o discurso se apresenta contraditório, por ora parecem não acreditar ou até mesmo não reconhecer estas situações, muitas vezes veladas ou por serem tão explícitas serem inacreditáveis.

Pergunta 5: Qual a opinião de seus pais sobre seus estudos?

Minha mãe manda eu estudar, se não estudar a gente não é ninguém na vida [...] (Entrevistado 5).

Minha mãe me cobra bastante, que é pra mim estudar, que eu tenho que estudar. Todo mundo fala lá em casa que eu tenho que estudar. Eu queria ter a metade da inteligência que a minha mãe tem [...] (Entrevistado 9).

Pergunta 6: Seus colegas e servidores do campus Bagé já emitiram alguma opinião sobre você ter ingressado no IFSul pela reserva de vagas de cotas étnico-raciais?

[...] Na maioria das vezes a gente leva na brincadeira. Uma vez no 3º semestre falaram, tipo quando tem negros eles falam, nem precisa fazer a prova, entra direto [...] (Entrevistado 1).

[...] Não vou mais me inscrever pelas cotas, porque de certa forma se eu tirasse a mesma nota que outra pessoa, eu ia ganhar por causa da cota, e não é uma coisa que eu quero, quero ganhar porque tirei uma nota boa, mas tipo vão me deixar entrar porque eu sou negro, é uma desigualdade, ganhar porque eu sou negro. Eu não preciso das cotas, porque eu tive tudo, eu posso ficar mais um ano estudando, pra não precisar das cotas, mas outras pessoas podem não continuar por que não tem quem as sustente, mas é uma opção de cada pessoa, esperar ou não [...] (Entrevistado 2).

[...] É meio chato quando as pessoas te dizem que tu passou por cotas, eu marquei inconscientemente as cotas, mas é uma situação constrangedora,

passou por causa das cotas, não porque se esforçou, mas por causa da tua raça. Quando tu é beneficiado por alguma coisa, as pessoas tentam te diminuir [...] (Entrevistado 9).

[...] A parte de renda e escola pública fica meio oculta, pela questão racial, isso que lembram[...] (Entrevistado 3).

[...] Pra mim é bem difícil mudar meu ponto de vista, desde que eu descobri as cotas raciais eu era bem contra, meu pensamento é bem básico sobre isso, quando começamos a aprofundar, eu começo a me perder [...] (Entrevistado 2).

Antes não tínhamos negros nas universidades federais, antes era brancos com renda alta, agora temos negros, pessoas da comunidade nas universidades federais, aqui no IFSul todo mundo é muito companheiro. Aqui não tem piadinha, aquela entrou pela cota, agora temos muitos negros no IFSul [...] (Entrevistado 3).

Aqui no if não vivi preconceito [...] (Entrevistado 4)

Uma vez falaram das cotas na sala de aula, todo mundo era a favor, só um era contra porque um amigo não conseguiu passar [...] (Entrevistado 5).

“Fulaninho entrou por cota de negro, por isso que ele tá estudando aqui no IF, todo mundo começou a rir [...] (Entrevistado 6).

Os entrevistados relatam que existem comentários sobre a forma de ingresso por cotas, percebe-se que muitas vezes as expressões são levadas na brincadeira, são tratadas com naturalidade. Identifica-se este comportamento dos alunos cotistas como uma maneira de ser aceito no grande grupo, fazendo de conta que é algo fácil de lidar. Nesse sentido, o racismo “[...] tem seu debate marcado pela necessidade de intervenções – flagrante, porque nem todo fato, fenômeno ou processo social é percebido, apropriado e formulado enquanto questão” (SANTOS, 2003, p.229). Caso

contrário, se alimenta e banaliza comportamentos e pensamentos racistas, que irão gerar conflitos raciais.

Pergunta 7: Qual sua maior dificuldade para permanência no IFSul?

[...] Minha maior dificuldade são as matérias, como eu vim de uma escola pública, então dificulta bastante. Na escola pública, todo mundo sabe que o ensino é um pouco precário, o ensino da federal é muito difícil, não é difícil, diferente. Quando eu vim pra cá, eu pensei, eu vou conseguir, vai ser praticamente a mesma coisa, só vai dificultar um pouquinho mais, aqui você vê alunos de escolas particulares, você vê que eles tem um ensino mais avançado e tudo mais, entendem mais rápido a matéria [...] (Entrevistado 3).

Percebe-se que os estudantes identificam a deficiência do ensino na escola pública, isso fica mais latente quando chegam no IFSul e deparam-se com o conteúdo, onde apresentam diversas dificuldades. Fazem comparações com os colegas que cursaram o Ensino Fundamental em escolas privadas, reconhecem que a capacidade de levar a diante o conteúdo é maior.

[...] Os professores tem que entender que a maioria daqui vem de escola pública, então eles tem que entender que o nosso ensino foi diferente do aluno de escola particular, não que eles não nos ensinam, eles dão aula de tarde pra gente, reforço se a gente quiser, mas é que é mesmo uma dificuldade pra gente [...] (Entrevistado 3).

Silvério (2005) apontou que a educação pública que adota o ingresso diferenciado incluindo a reserva de vagas para negros e minorias sociais, engaja-se na luta por justiça social e racial, ao buscar corrigir e suprimir discriminações a que estes grupos têm sido submetidos. Isto não pode ser entendido como esmola ou favorecimento indevido, uma vez que os ingressantes terão comprovado competência e habilidades. Cabe ao estabelecimento de ensino fornecer os meios, apoio material e pedagógico para que alcancem o êxito em todo percurso.

Os professores puxam mais, aqui os professores tem vontade de dar aula, os outros parecem que tavam por obrigação, nos outros colégios eram muito fracos [...] (Entrevistado 4).

O estudante demonstra que o “puxar” referente a exigências do professor é algo bom, que auxilia na aprendizagem do aluno. Realidade diferente da destaca por Silvério (2005), onde muitos professores, na maioria os universitários, deixam a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso exclusivamente para o aluno. Alguns ostentam orgulhosos as reprovações ou desistência das disciplinas que ministram. Outros culpabilizam os professores da rede primária e secundária de ensino, apresentando a falta de comprometimento com a aprendizagem dos alunos.

Eu acho mais difícil matemática, física e química [...] (Entrevistado 5).

Aqui é muito longe, eu pego dois ônibus [...] (Entrevistado 5).

Minha maior dificuldade são as disciplinas [...] (Entrevistado 9).

Aqui é bem difícil! Eu não tiro as dúvidas, tenho vergonha de perguntar, vão pensar que eu tenho 18 anos e ainda não sei [...] (Entrevistado 10).

Malomalo (2017) destaca dois fatores principais que compõem está alarmante realidade brasileira: O primeiro fator é a dimensão socioeconômica: quanto maior a classe socioeconômica do candidato, melhor seu desempenho, melhores as chances para o sucesso. A primeira variável, desse fator é a dedicação exclusiva; a segunda variável está ligada ao turno em que cursa a escola secundária: alunos que estudam em turno diurno tem mais sucesso; a terceira é a natureza do estabelecimento de primeiro e segundo graus: aqueles que cursam escolas públicas estaduais têm menos possibilidade de sucesso.

Logo, o segundo fator de acordo com Malomalo (2017) estão presentes nos elementos de racismo introjetado, ou seja, o desempenho inferior dos grupos “pardo” e “preto” em todas as classes socioeconômicas. Talvez um sentimento de baixa autoconfiança, que interfere no desempenho dos negros em situação de grande competição, tal como também ocorre com as mulheres.

Henriques e Cavalleiros (2003) apresentam os indicadores referentes a educação, onde mostram que a desigualdade racial está presente. No decorrer do século XX ocorreu um avanço nos níveis de escolaridade média de toda população brasileira, apesar disto a diferenciação na escolaridade entre brancos e negros mantém-se com poucos avanços.

É Inegável os avanços da educação pública brasileira e o ingresso de jovens negros nas universidades e institutos federais, mas cabe lembrar que se comparado ao contingente da população negra, este avanço é lento e a luta é para que ele não esgote.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que ao longo deste estudo inúmeras reflexões acerca da realidade social vivenciada pela população negra no Brasil foram despertadas, realidade em constante movimento e transformação. Uma pesquisa social não se finda em um único estudo, mas pode despertar novos questionamentos, a etapa final desta dissertação faz algumas reflexões acerca do tema estudado.

A pesquisa realizada tem como intenção enriquecer as discussões sobre as cotas étnico-raciais. Além disso, traz visões e vivências do público escolhido sobre a temática da pesquisa, assim como a construção de suas identidades e seu pertencimento na sociedade.

Neste contexto Malomalo (2017) afirma que o problema do negro, não é de uma raça, e sim um problema de uma nação, que exige providências para as consequências do escravismo, do racismo e discriminação social e racial acerca da construção de identidade desta população.

Conforme o desenrolar das entrevistas junto aos estudantes participantes da pesquisa, percebeu-se tamanha oportunidade para conhecer as características da população negra e uma infinidade de aspectos que envolvem o cotidiano de quem ingressou no IFSul campus Bagé utilizando a reserva de vagas de cotas étnico-raciais.

Atualmente no Brasil a população negra ainda sofre com o racismo, herança negativa da escravidão, sendo agravada pela falsa ilusão de existir uma democracia racial defendida por conservadores e opositores da ideia de se criar políticas de ações afirmativas para negros. Esta parcela opressora da sociedade, afirma que tanto a população negra quanto a branca possui as mesmas oportunidades de escolarização, trabalho e renda.

Apresenta-se na sociedade um discurso meritocrático, ou seja, é disponibilizado o ensino básico, médio e superior, onde os sujeitos independente de raça que forem esforçados o suficiente terão uma formação exitosa, ascendendo profissionalmente, com prestígio e maior remuneração. Este discurso está muito presente na fala dos estudantes negros que utilizam as cotas étnico-raciais no IFSul campus Bagé. Desta maneira pode-se corroborar com Jacooud e Theodoro (2003) quando discutem que não há dúvidas acerca da gravidade de como a questão étnica racial está sendo construída no Brasil.

Parcela da população defende que as cotas étnico-raciais são assistencialistas, que o ingresso deve ser por mérito, inclusive aos alunos. Diante destes argumentos, é preciso elucidar que as cotas não excluem o processo seletivo, os negros que ingressam através de cotas prestaram o vestibular. É preocupante pensar que está sendo questionado a qualidade das vagas ocupadas por negros, o mérito da instituição não entra em xeque. Se a sociedade se preocupa com o mérito ela é racista.

Ouvindo o discurso dos estudantes nota-se a carência na abordagem dos conteúdos étnico-raciais na escola, o currículo não trabalha pela emancipação da população negra, na perspectiva do Movimento Negro, como foi citado por um entrevistado, é apenas o sofrimento vivenciado na escravidão, estas considerações não pretendem diminuir os acontecimentos daquela época, mas chamar atenção para estes fatores que em alguns momentos enfraquecem a luta e o reconhecimento da importância de ações afirmativas para a população negra.

Entende-se que para enfrentar a desigualdade racial é necessário priorizar a educação, por meio da construção de uma política pública efetivamente afirmativa. A maior dificuldade que vem sendo encontrada para esta construção é uma integração universal que seja antirracista, pautada na garantia do direito a diversidade e a diferença.

No imaginário burguês e conservador de uma sociedade antirracista, oferecer oportunidades para os negros, por meio de ações afirmativas significa alimentar o racismo, como se ele não existisse. Além disso, é esquecer que as cotas seguidas no Brasil fazem parte das políticas de ações afirmativas que tem por finalidade a correção das desigualdades históricas e o enfrentamento do racismo; fazendo parte da luta pelos direitos humanos (MALOMALO 2017).

Visualiza-se que esta construção está perpassando uma via de mão dupla. É conhecido os avanços referente aos direitos e identidade da população negra, luta travada pelo Movimento Negro, tendo como exemplo a Lei de Cotas. Por outro lado, é assustador que grande parte da sociedade, seja ela branca ou negra seja contra as políticas de ação afirmativa.

Deparando-se com estas considerações é necessário ter sensibilidade para enxergar de onde partem as falas dos estudantes negros que utilizam a reserva de vagas no IFSul campus Bagé. Interpretar que estes estudantes são negros, pobres, oriundos de uma família em sua maioria chefiada pela mãe, que não teve acesso a

condições elevadas de escolarização, resultando numa inserção precária no mercado de trabalho, não oferecendo remunerações justas, que podem proporcionar maior e melhor acesso a bens materiais, culturais e educacionais.

Cabe questionar qual influência e estímulo que estes jovens estudantes estão tendo para a construção de um pensamento crítico, estes adolescentes em formação de conhecimento e opiniões. A escola é um espaço de trocas, construções e desconstruções. É preciso construir conhecimento científico que proporcione uma formação generalista, mas acima de tudo é preciso formar seres humanos que sejam contra qualquer forma de discriminação.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são frutos de luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. Local de formação social, profissional, e cidadã que defende a manutenção e ampliação destes espaços, tornando possível o aumento de jovens negros nos bancos escolares, aliados a políticas que proporcionem a permanência e êxito na instituição.

Logo, é necessário encontrar um caminho para as ações afirmativas, algumas já estão em andamento no país, que durante séculos estavam perdidas, em relação a população negra, é necessário construir um novo projeto de sociedade; e este deve repensar as políticas públicas do desenvolvimento numa perspectiva conjunta em que a questão econômica e racial conversem em harmonia.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação e Sociedade: Revista de Ciência da Educação**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/17.pdf> . Acesso em: 07 de abril de 2017.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3ªed. Campinas-SP: Autores Associados, 2004.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 18**, de 11 de outubro de 2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Diário Oficial, Brasília, 2012.

_____, **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, 2012.

CONTINS, M; SANT'ANA, L. C. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. Portal de Periódicos da UFSC: **Revista Estudos Feministas**, v.4, nº 1, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16670/15239>. Acesso em 07 de janeiro de 2017.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro. **Política Social, Educação e Cidadania**. 4ªed. Campinas, SP: Papius, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>. Acesso em 01 de abril de 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1129-1152, out. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, N. L. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política e Sociedade: Revista de Sociologia Política**. Volume 10 – Nº 18 – abril de 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em 02 de abril de 2017.

GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça. **Revista Educação e Sociedade. Campinas**, v.33, nº120. Jul-set 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2017.

GOMES, N.L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 1999.

HENRIQUES, Ricardo; CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Políticas Públicas Afirmativas: elementos da agenda do Ministério da Educação. In: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MALOMALO, Bas'ilele. **Repensar o multiculturalismo e o desenvolvimento no Brasil**: políticas públicas de ações afirmativas para a população negra (1995-2009): volume 2. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

MARCONI, Markoni; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Racismo e imprensa: argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In: SANTOS, Sales Augusto dos. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MATOS, L. O. D. Ação afirmativa: superando desigualdades raciais no Brasil. In: SILVA, M; GOMES, J. U. **África, Afrodescendência e Educação**. Editora da UCG, Goiânia, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORAES, M; OLIVEIRA, N. **Exclusão, preconceito e racismo**: pensamentos sobre suas gênese e desenvolvimento desde a Sociologia. In: Oliveira, A. R; OLIVEIRA, N. (orgs). **Exclusão: um olhar para além da aparência**. Chapecó, SC: ARGOS, 2016. pg.111-130.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ. IN: **Gelédes: Instituto da mulher negra**, 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoos-de-raca-racismo-dentidade-e-etnia.pdf>. Acesso em:

MUNANGA, K. A questão da diversidade e da política de reconhecimento das diferenças. In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v. 4, n.1, Dossiê: *Relações Raciais e Diversidade Cultural*, jul. 2014.

NASCIMENTO, C. G. **Políticas de educação: caminhos e (des)caminhos**. IN: OLIVEIRA, A. F; NASCIMENTO, A. F. *Cidades Sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.

NOGUEIRA, Vera M. R; SILVA, V. R. A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI. In: Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Editora Moderna, 2011.

PEREIRA, Potyara A. P. **Estado, Regulação Social e Controle Democrático**. In: BRAVO, Maria I. Souza, PEREIRA, Potyara A.P. *Política Social e Democracia*. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

PEREIRA, P. A. **Política social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista**. IN: COSTA, L. C; NOGUEIRA, V. M. R; SILVA, V. R. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013.

PEREIRA, P. A. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, P. A. **Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, P. B. G. S. **Negros na Universidade e produção do conhecimento**. In: SILVA, P.B.G e; SILVÉRIO, V. R. *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SILVÉRIO, Roberto Valter. **Ação Afirmativa e Diversidade Étnico-Racial**. In: SANTOS, Sales Augusto dos. *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, S. A; CAVALLEIRO, E; BARBOSA, M. I; RIBEIRO, M. **Ações afirmativas: polêmicas e possibilidade sobre igualdade racial e o papel do estado**. Portal de Periódicos da UFSC: **Revista Estudos Feministas**, V. 16, nº 3, 2008. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/19639/2008_santos_barbosa_ribeiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 de fevereiro de 2017.

SANTOS, Sales Augusto dos. **O Sistema de Cotas para Negros da UnB: um balanço da primeira geração.** Jundiaí, Paco Editorial, 2015.

SPOSATI, A. **Regulação social tardia:** características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre segundo e terceiro milênio. In: MAIA, M (org). Caderno IdeAção. 2002. Políticas Sociais para um novo mundo necessário e possível. Porto Alegre, 2012.

THEODORO, Mário; JACCOUD, Luciana. Raça e educação: os limites das políticas universalistas. In: SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

VIEIRA, A. L. C. **Políticas da Educação, educando como política:** observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: SILVA, P.B.G e; SILVÉRIO, V. R. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

VIEIRA. E. **Os direitos e a política social.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

YAZBEK, M. C. **Classes Subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1 IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Nome fictício:

Idade:

Sexo: M () F ()

Forma de ingresso: () L2 () L4

Curso: () técnico integrado () técnico subsequente () superior

2- QUESTÕES NORRAS:

1-O que você entende por cotas raciais?

2-Você acha necessário as cotas raciais? Porque?

3- Quais motivos o fizeram se inscrever na reserva de vagas – cotas raciais?

4- Você vive em uma sociedade racista? Já viveu alguma situação? Dê exemplos

5- Qual a opinião dos seus pais sobre seus estudos?

6- Seus colegas e servidores do campus Bagé já emitiram alguma opinião sobre você ter ingressado no IFSul pela reserva de vagas de cotas étnico-raciais?

7- Qual sua maior dificuldade para permanência no IFSul?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS-UCPEL CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E TECNOLÓGICAS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

I- A presente pesquisa tem por objetivos:

Objetivo Geral

Analisar a percepção dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas, no ano de 2015 e 2016, em relação à política de cotas étnico- raciais, no IFSul campus Bagé.

Objetivos Específicos

- a) Contextualizar a história da política de ação afirmativa de cotas étnico-raciais no Brasil;
- b) Identificar os fatores que contribuem para o acesso a política de ação afirmativa de cotas étnico-raciais no Brasil;
- c) Descrever a as situações vivenciadas pelos estudantes do IFSul campus Bagé, negros e cotistas, referente a discriminação racial.

II- Os instrumentos utilizados nesta pesquisa serão um gravador de voz, para ter o registro fidedigno das falas dos participantes e o roteiro da entrevista.

III- A pesquisa originará uma dissertação de mestrado em Política Social, vinculado a Universidade Católica de Pelotas;

IV- A pesquisa visa trazer benefícios para a população acadêmica que estuda a temática, bem como para a sociedade em geral que irá conhecer sobre as ações afirmativas de cotas raciais, dando voz ao aluno cotista do IFSul campus Bagé;

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, declaro que autorizo a minha participação neste projeto de pesquisa, pois fui informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa, dos procedimentos que serei submetido, dos riscos, desconfortos e benefícios, assim como das alternativas às quais poderia ser submetido, todos acima listados.

Fui, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;
- da liberdade de retirar meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo à continuação de meu cuidado e tratamento;
- da garantia de que não serei identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a minha vontade em continuar participando;
- da disponibilidade de tratamento médico e indenização, conforme estabelece a legislação, caso existam danos a minha saúde, diretamente causados por esta pesquisa;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

O Pesquisador Responsável por este Projeto de Pesquisa é Leticia Santos da Silva, telefone 053-999990380.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Data __ / __ / ____

Nome e assinatura do voluntário

Nome e assinatura do Responsável Legal, quando for o caso

Nome e assinatura do responsável pela obtenção do presente consentimento